

# BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

V82, N.02.2019 - MARÇO / ABRIL 2019 ISSN 2526-7442

## DIVERSIDADE ETNOBIOCULTURAL

Com textos de:

Dinah Papi Guimaraens | Denise Santos Crespo Ferreira | Carolina Camargo de Jesus | Luis Fernando Novoa Garzon | Daniele Severo da Silva | Tina Tude | Michael Soares da Silva Olga Susana Costa C. | Araujo e Meire Cachioni | Vanessa Ester Ferreira Nunes Cristina Schmidt Silva Portéro | Adrian Estrela Pereira | Anderson Caetano dos Santos | Lécio Barbosa de Assis | Monacita Pinto Reis | Gabriela Amorim Nogueira Silva | Wilton Garcia

OBSERVATÓRIO  
*da diversidade*  
CULTURAL

**DIVERSIDADE  
ETNOBIOCULTURAL**

---

---

Acompanhe o Boletim ODC em  
[www.observatoriodadiversidade.org.br](http://www.observatoriodadiversidade.org.br)  
[www.facebook.com/ObsDC](https://www.facebook.com/ObsDC)



ICMS - MG

**LEI ESTADUAL  
DE INCENTIVO  
À CULTURA**

CULTURA - FAZENDA

CA: 0592/001/2017

## PATROCÍNIO

---

**USIMINAS**

## REALIZAÇÃO

---



Grupo de Pesquisa  
Observatório da  
Diversidade Cultural

## PARCEIROS

---

**UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**   
Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* Mestrado em Artes



Instituto Cultural  
**USIMINAS**



## INCENTIVO

---



# SUMÁRIO

- 05** SOBRE O BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 06** EDITORIAL
- 11** FAVELA “MORRO DO PALÁCIO” COMO ENCLAVE GEOBIOCULTURAL  
Dinah Papi Guimaraens, Denise Santos Crespo Ferreira e Carolina Camargo de Jesus
- 20** REMANESCENTES RIBEIRINHOS PÓS-HIDRELÉTRICAS: DIFÍCIL RE-EXISTÊNCIA  
Luis Fernando Novoa Garzon e Daniele Severo da Silva
- 27** LAURO DE FREITAS: TERRA DAS ÁGUAS VERMELHAS – CELEBRAÇÃO DE PERTENÇAS ANCESTRAIS DOS RIOS IPITANGA E JOANES NA REPARAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL  
Tina Tude
- 36** O LOUVOR À SIMPLICIDADE E À ERUDIÇÃO EM “COMO SÃO CATIVANTES OS JARDINS DE BERLIM” – DÉCIO ZYLBERSTAJN (2014)  
Michael Soares da Silva
- 44** ESTUDO EM MUSEUS: IDOSOS, UM PÚBLICO DIVERSO ETNOBIOCULTURAL  
Olga Susana Costa C. e Araujo e Meire Cachioni
- 53** A COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS NA INCLUSÃO SOCIAL DO(A) TRANSEXUAL NO MERCADO DE TRABALHO: RESPEITO À DIVERSIDADE E À INCLUSÃO SOCIAL DE MINORIAS  
Vanessa Ester Ferreira Nunes e Cristina Schmidt Silva Portéro
- 62** INTERCONNECTIONS BETWEEN CABILA AND IJEXÁ: ONE ROOT, TWO RHYTHMS  
Adrian Estrela Pereira
- 70** A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA  
Anderson Caetano
- 77** UM PASSEIO PELO QUILOMBO  
Lécio Barbosa de Assis, Monacita Pinto Reis e Gabriela Amorim Nogueira Silva
- 85** COMUNICAÇÃO, DIVERSIDADE E ETNIA-RAÇA: PARÂMETROS SOCIOCULTURAIS  
Wilton Garcia
- 95** SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
- 98** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação bimensal, em que pesquisadores envolvidos com a temática da Diversidade Cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

## **Expediente**

Coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin (Minc)

Giselle Lucena (UFAC)

Humberto Cunha (UNIFOR)

Luis A. Albornoz (Universidad Carlos III de Madrid)

Núbia Braga (UEMG)

Paulo Miguez (UFBA)

Coordenação editorial: José Márcio Barros e Plínio Rattes

Comissão de pareceristas: Ana Paula do Val, Giordanna Santos, Giuliana Kauark, José Márcio Barros, Juan Brizuela, Kátia Costa, Plínio Rattes, Renata Melo e Luana Vilutis.

Revisão: Amanda Barros, Plínio Rattes, Jocastra Holanda, Mariana Angelis e Carlo Frederico Marcolino.

Diagramação: Carlos Vinícius Lacerda

Contato

[boletim.odc@gmail.com](mailto:boletim.odc@gmail.com)

[www.observatoriodadiversidade.org.br](http://www.observatoriodadiversidade.org.br)

## Diversidade Etnobiocultural

Apresentamos neste octogésimo segundo volume do Boletim do Observatório da Diversidade Cultural o tema Diversidade Etnobiocultural. Nosso propósito é trazer à reflexão contribuições articuladas e imbricadas com as questões etno raciais e a perspectiva da diversidade biocultural.

Os dez textos selecionados a partir de Edital apresentam um leque transdisciplinar de objetos empíricos e problemas de investigação e debate.

Abre o Boletim o trabalho **Favela “Morro do Palácio” como enclave geobiocultural**, das autoras Dinah Papi Guimaraens, Denise Santos Crespo Ferreira e Carolina Camargo de Jesus, que a partir de uma pesquisa etnográfica exploratória realizada em área nobre da cidade Niterói, a favela “Morro do Palácio”, buscam compreender a cidade em sua pluralidade, reconhecer a especificidade de cada território e, igualmente, afirmar a condição cidadã e o protagonismo efetivo de seus moradores.

A implementação de duas megahidrelétricas no rio Madeira (RO), os impactos socioambientais continuados de grandes projetos na Amazônia e suas consequências para milhares de famílias ribeirinhas são os temas do texto **Remanescentes ribeirinhos pós-hidrelétricas: Difícil re-existência**, dos autores Luis Fernando Novoa Garzon e Daniele Severo da Silva. Os ribeirinhos tiveram sua existência singular posta em questão, seja diretamente por meio de remoções, seja in-

diretamente por conta da inviabilização das barrancas do rio como áreas de reprodução social e cultural das comunidades ribeirinhas.

Ainda na esteira sobre rios e sua importância para identidade cultural de muitas comunidades brasileiras, o ensaio **Lauro de Freitas: Terra das águas vermelhas – Celebração de pertencas ancestrais dos rios Ipitanga e Joanes na reparação da identidade local**, assinado pela autora Tina Tude, apresenta uma perspectiva de reparação das pertencas ancestrais da identidade local no município de Lauro de Freitas, na grande Salvador-BA, à luz da celebração de elementos simbólicos relativos aos rios Ipitanga e Joanes. O trabalho busca elucidar o pensamento norteador do conceito Terra das Águas Vermelhas, que institui o reconhecimento de tais rios enquanto elementos do patrimônio material e imaterial da memória dos povos tradicionais Tupinambá e Malê naquela comunidade.

Em **O louvor à simplicidade e à erudição em “Como são cativantes os jardins de Berlim” – Décio Zylberstajn (2014)**, o autor Michael Soares da Silva destaca as relações entre a simplicidade e a erudição contidas no conto “Duelo com o pescador” do livro “Como são cativantes os jardins de Berlim” (2014), de Décio Zylberstajn. Segundo o autor, as questões sobre diversidade cultural aparecem no referido conto através do conceito de “Paisagem Cultural” que visa a defender a produção típica das culturas locais em âmbito internacional.

Na sequência, o texto **Estudo em museus: Idosos, um público diverso etnobiocultural**, as autoras Olga Susana Costa C. e Araujo e Meire Cachioni defendem que conhecer a diversidade do público idoso nas relações museográficas permitirá que os museus impactem positivamente a vida de cidadãos e comunidades. Para as autoras, os museus podem promover aprendizagens ao longo da vida, diálogo intercultural contemplando vivências, interesses, motivações e ne-

cessidades diversas do público 60+.

A autora Vanessa Ester Ferreira Nunes e a coautora Cristina Schmidt Silva Portéro propõem em seu texto uma análise referente à competência dos entes federados no tocante ao preceito constitucional do valor social do trabalho. Por meio de pesquisa descritiva com levantamento bibliográfico e documental, as autoras analisam a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho de uma minoria social denominada transexual e de qual forma os entes federados poderão intervir para a inclusão dessa minoria no mercado de trabalho para garantir um direito constitucional. A discussão está sob o título **A competência dos entes federados na inclusão social do(a) transexual no mercado de trabalho: Respeito à diversidade e à inclusão social de minorias**.

O autor Adrian Estrela Pereira apresenta em **Interconnections between cabila and ijexá: One root, two rhythms**, possíveis interconexões entre Ijexá e Cabila a partir de análises musicais das bases rítmicas destes instrumentos. O ensaio discute as principais características, usos e funções desses ritmos matriciais africanos nos terreiros de candomblé e na música popular brasileira.

**A representação do negro na literatura brasileira**, assinado por Anderson Caetano dos Santos, demonstra o cenário da literatura do negro ao longo da história do Brasil. A imagem do negro, em muitos momentos, tem sido estereotipada nas narrativas, sendo que escritores negros trazem personagens e/ou protagonistas que possuem voz ativa em seus contos.

Os autores Lécio Barbosa de Assis, Monacita Pinto Reis e Gabriela Amorim Nogueira Silva trazem o relato de **Um passeio pelo quilombo**, no qual descrevem a experiência de uma visita de campo à Comu-



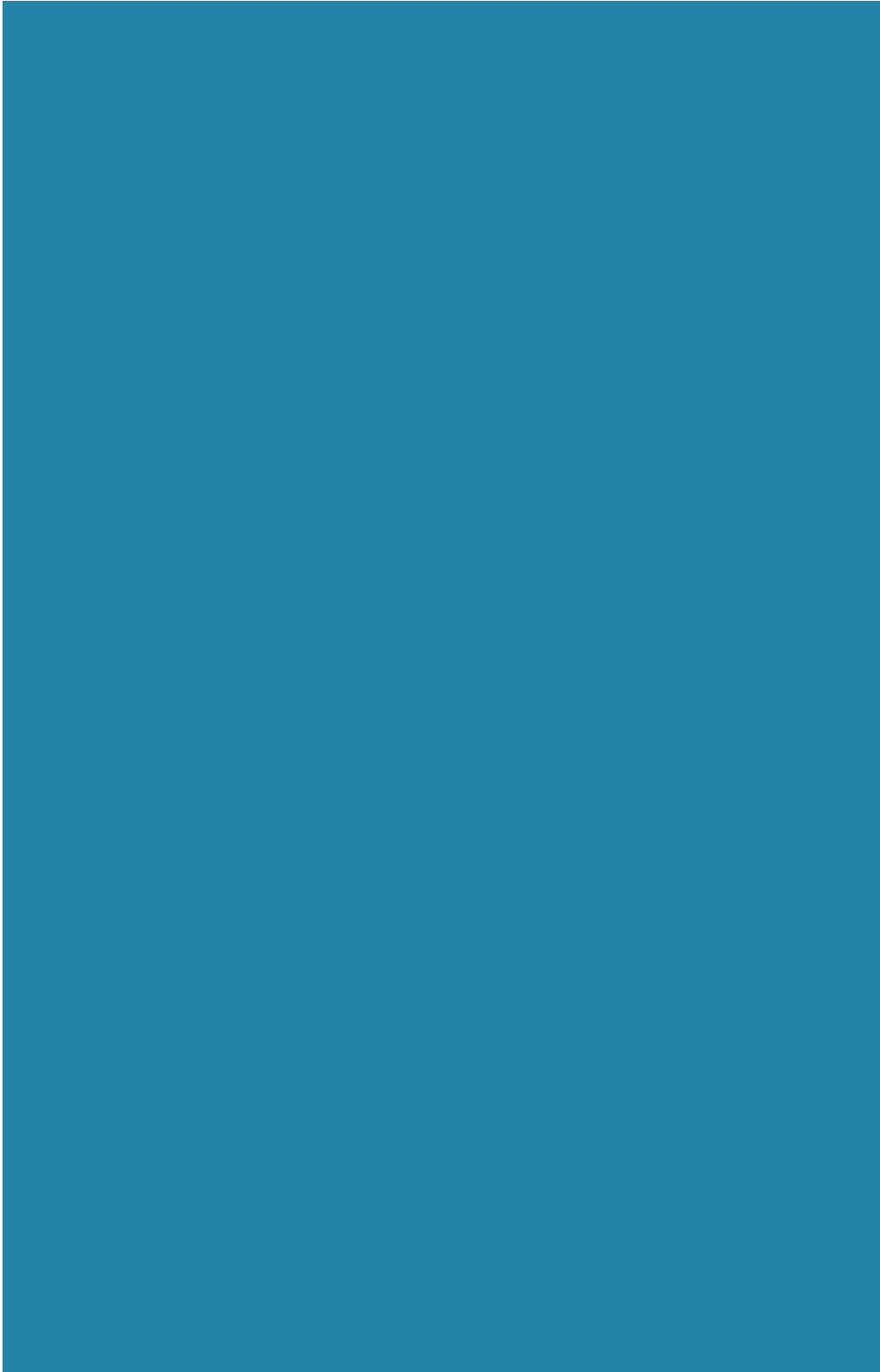
nidade Quilombola Urbana, da antiga Fazenda Campos, na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, no dia 15 de novembro de 2018, realizada pelos alunos e professores da 1ª Série do Ensino Médio, integrado ao Programa Ensino Médio Inovador–ProEMI e pelo Projeto Escolas Culturais, do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães.

Por fim, assinado por Wilton Garcia, o texto **Comunicação, Diversidade e Etnia-raça: Parâmetros socioculturais** (re)examina alguns parâmetros socioculturais entre comunicação, diversidade e etnia-raça a partir do videoclipe Boa esperança (2015), da música composta pelos rappers Emicida e Nave, com direção de Katia Lundum e João Wainer. A narrativa audiovisual é uma retaliação dos(as) empregados(as) domésticos(as) aos abusos dos patrões, que embora ficção, exemplifica, no entanto, problemas sociais diante da reparação de ofensas.

Agradecemos a participação de todxs autorxs e pareceristxs desta edição e desejamos a todos uma boa leitura e reflexões. Aproveitamos para informar que o Edital de Publicação de Textos para o próximo número (V. 83, nº. 03/2019), sob o tema **Diversidade Cultural e as Políticas Culturais no Brasil atual**, já está disponível e pode ser acessado através das redes sociais e site do ODC (<http://observatoriodadiversidade.org.br>).

Uma leitura proveitosa a todxs!

José Márcio Barros e Plínio Rattes



# FAVELA “MORRO DO PALÁCIO” COMO ENCLAVE GEOBIOCULTURAL

Dinah Papi Guimaraens, Denise Santos Crespo Ferreira e Carolina Camargo de Jesus

Evidências de espaço vivido, em perspectiva antropológica por “favelados”, em enclave geobiocultural de paisagem cultural urbana registrada pela Unesco - com segregação social sob forma de segregação espacial -, usando formação de estruturas urbanas e diferenciação entre grupos sociais, para apropriação de “bairro nobre” na cidade de Niterói.

Se, para a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999; p.394), a “existência é espacial”, a orientação geral ou posicionamento do ser humano neste mundo é relativa ao seu próprio corpo. Por isso, é necessário diferenciar “espaço vivido”, relacionado ao ambiente construído onde eventos ocorrem e “espaço geométrico” que é construção abstrata de “ciência”.

Para Lúcio Costa (2006, p.11), a arquitetura regional autêntica tem raízes na terra e é produto espontâneo de necessidades e conveniências de economia e de meio físico e social que se desenvolve com tecnologia a um tempo incipiente e apurada, à feição da índole e do engenho de cada povo. Os modernistas revelaram que era possível “deglutir” antropofagicamente dogmas racionalistas para criar uma arquitetura de qualidade plena de poesia que se opõe hoje ao supermoderno como ausência de paradigmas e ao “não-lugar” (AUGÉ, 1992) típico do século vinte e um.

Como evitar segregação social em forma de segregação espacial usando formação de estruturas urbanas, a partir da diferenciação entre grupos e classes sociais, para apropriação da cidade? Tal

questão importante deste artigo procura compreender a cidade em sua pluralidade, reconhecer a especificidade de cada território e, igualmente, afirmar a condição cidadã e o protagonismo efetivo de seus moradores (IMJA, 2017; p.4). No intuito de responder a esta questão importante, fez-se pesquisa etnográfica exploratória em busca de olhares a partir do próprio território estigmatizado, encravado em área nobre da cidade Niterói: a favela “Morro do Palácio” (fig.1), no estado e região metropolitana do Rio de Janeiro, no Brasil.

Figura 1 - Favela “Morro do Palácio”



Fonte: FERREIRA, Denise. 2017 (a partir do Google-Maps)

Em termos de “saber científico”, realizou-se uma análise teórica que definiu quatro marcos teóricos: 1) estigma territorial; 2) comum e commoning; 3) urbano inclusivo; 4) arquitetura ecológica de ação. Já em termos de “saber popular”, fez-se empiria que levou em conta regras de pesquisa decente em favela, à la Carlos Nelson (UFF 2017, p. 223, 230-232, 253, 269 e 270), com destaque para sua primeira regra – a de envolver a população local em estimulante exercício de revelação de si mesma, ajudando moradores a: se conhecerem melhor e ao ambiente em que vi-

vem; equacionarem seus problemas com impacto e significado locais; bem como lutarem por sua solução, fazendo-se presentes junto aos poderes públicos que decidirão sobre suas vidas - em um processo de recriação da realidade local.

### **Enclave Geobiocultural Em Paisagem Cultural Urbana**

Buscando-se novos “marcos conceituais” aplicáveis às potências da periferia, em termos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, em um ambiente vulnerável de contexto urbano, optou-se pela situação geobiocultural da favela “Morro do Palácio”: morro, como “escrita” do planeta Terra; vidas humanas, como elemento de universalidade nesse morro e todo seu entorno e etnografias distintas, como diversidade cultural. Essa favela pode ser vista como um território “superior” fisicamente, mas que é considerado, pelo senso comum urbano, como sendo “inferior”, se forem levadas em conta nesse lugar as diversidades sociais com distinções políticas e/ou culturais. Trata-se de um assentamento humano de origem popular, visto como lugar de viver com cerca de seis mil habitantes, situado em um ambiente vulnerável, como exemplifica a figura abaixo. Uma periferia socioeconômica anexa, mas excluída do “Caminho Niemeyer” – mesmo contendo uma obra (MACquinho) do renomado arquiteto Niemeyer - inserida na Paisagem Cultural Urbana do “Rio de Janeiro / Niterói”, registrada em 01/07/2012 pela Unesco. Trata-se, assim, de uma favela como enclave geobiocultural.

### **Perspectiva Antropológica De Moradores**

Souza e Silva (s/d; p.18-19) apresenta a possibilidade de criação de identidades territoriais, forjadas em espaço local e reconheci-

das como instituintes da pólis, por forma plena e intensa – para combater e superar uma representação estereotipada ainda nor-teadora de processos de apreensão de espaços favelados e de seus moradores. Neste estudo de caso, identificaram-se hábitos na favela “Morro do Palácio” para: integrar um saber científico e um saber popular (SILVA e NETO, 2015); perceber novos olhares sobre essa favela, no intuito de escolher novas ferramentas e novos métodos de arquitetura a antropologia (DUARTE e VILLANOVA, 2013) e redesenhar essa “periferia” sob o paradigma de potência e pedagogia de convivência (FERNANDES et al., 2018). A primeira evidência desses hábitos refere-se a um Campo de Futebol (fig.2) como espaço de lazer mais relevante – de multiusos - de residentes com dez times masculinos e femininos, situado no “chapadão” desse morro, contando com vista panorâmica sobre a Baía da Guanabara.

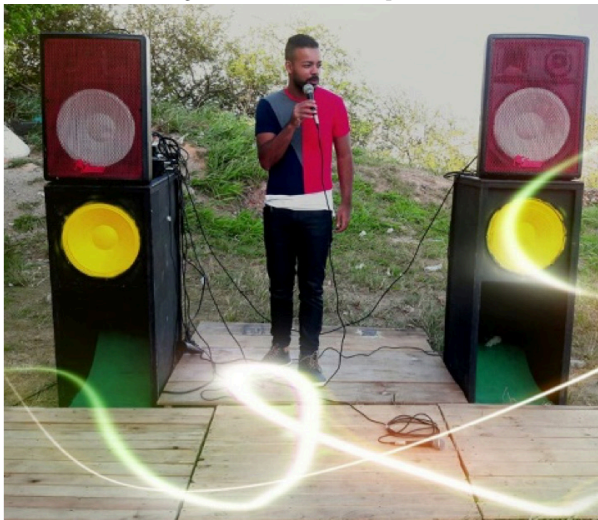
Figura 2 - Campo de Futebol na favela “Morro do Palácio”.



Fonte: Denise Ferreira, 2017

A segunda evidência inclui um palco removível (fig.3) para ocasiões de eventos promovidos pelos artistas, cantores e compositores da favela - improvisado com paletes em madeira rústica sobre terreno natural, onde se apoiam equipamentos de som com o uso da eletricidade proveniente do MACquinho.

Figura 3 - Palco no MACquinho



Fonte: Denise Ferreira, 2017

Esses dois destaques - detectados a partir de entrevistas com cinquenta moradores dessa favela - são apropriações de espaço aberto em potencialidade de uma cidade de limites, nas quais o “commoning” local luta para reutilizar o espaço público urbano (STAVRIDES, 2014;2015) em um paradigma social transformador (BOLLIER; s/d).

Nessas “apropriações”, reconhece-se um grupo principal apto a narrar suas práticas socioculturais como símbolos de resistência e reinvenção, por formas urbanas concretas de afirmação e invenção do direito à cidade que necessitam ser amplamente garantidas sob a forma de políticas públicas. Nota-se aqui que se redesenha essa periferia sob o paradigma da potência e pedagogia de convivência em favelas de “hábitos próprios” em um campo

urbano (FERNANDES et al.; 2018, passim), sob a cogestão autossustentável de partes locais interessadas em uma abordagem ecológica cidadã e uma abordagem ambiental de arquitetura, urbanismo e paisagismo (GAUZIN-MÜLLER, 2011, p.23 e 26) que represente uma alternativa preventiva e proativa.

Em um contexto sociopolítico, onde questões indígenas de transculturalidade e sustentabilidade despertam um forte interesse no meio urbano, através da implantação de um canteiro experimental na favela “Morro do Palácio”, identificaram-se manifestações simbólicas e estéticas próprias de sociedades autóctones mais voltadas para povos indígenas pertencentes ao tronco Tupi, com destaque para o grafismo indígena como forma de escrita (fig.4).

Figura 4 - Grafismo indígena no MACquinho (Esq.) e na favela (Dir.)



Fonte: Carolina Camargo de Jesus, 2017.

Concluindo, o atual projeto - que vem sendo desenvolvido, desde 2014, pela equipe da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU), da Universidade Federal Fluminense (UFF), no MACquinho e na favela “morro do Palácio” - prevê a aplicação de um novo tipo de ecologia ou de um sustainismo que pode ser definido como:



“ética e ambientalmente responsáveis; social e geograficamente inclusivos; colaborativo, conectado; sensível à natureza e suficientemente experiente para alcançar o máximo de: a) avanços em tecnologia; b) globalismo e localismo, ao mesmo tempo” (SCHWARZ; KRABBENDAM, com The Beach Network, 2013).

## **Referências Bibliográficas**

AUGÉ, Marc. **Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité.** Paris, Seuil, 1992.

BOLLIER, David. **Commoning as a Transformative Social Paradigm. s/d. In: Next System Project.** Disponível em: <https://thenextsystem.org/commoning-as-a-transformative-social-paradigm>. Acesso em: 2019/03/09.

COSTA, Lucio. **Arquitetura.** Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2006 (4ª Edição). 152 p.

DUARTE, Cristiane Rose; VILLANOVA, Roselyne. (Org). **Novos Olhares Sobre o Lugar: Ferramentas e Métodos, da Arquitetura à Antropologia.** Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ. 2013.

FERNANDES, Fernando; SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge. **O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência.** In: O Paradigma da Potência. Revista Periferias, v.01, n.01, 2018. Rio de Janeiro: IMJA, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>. Acesso em: 2019/03/03.

GAUZIN-MÜLLER, D. **Arquitetura Ecológica**. São Paulo: Editora SEN-AC, 2011.

IMJA - Instituto Maria e João Aleixo. **Carta da Maré, Rio de Janeiro: Manifesto das Periferias**. In: As Periferias e seu Lugar na Cidade. IMJA: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://imja.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/02/Carta-da-Maré-Manifesto-das-Periferias-PT.pdf>. Acesso em: 2019/03/03.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (2ª ed).

SCHWARZ, Michiel; KRABBENDAM, Diana, with The Beach Network. **Sustainist Design Guide: How sharing, localism, connectedness and proportionality are creating a new agenda for social design**. Amsterdam, BIS Publishers, 2013.

SILVA, S. F. D.; NETO, J. F. D. M. **Saber Popular e Saber Científico**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Revista Temas em Educação, 2015. jul-dez de 2015; v. 24 - nº2 - p. 137-154 p. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/25060/14567>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos**. IMJA: Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://imja.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/02/Um-espaço-em-busca-de-seu-lugar.pdf>. Acesso em: 2019/03/03.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space as Threshold Space: Urban Commoning in Struggles to Re-appropriate Public Space**. In Foot-

print, Commoning as Differentiated Publicness, Spring 2015, pp. 09-20.  
\_\_\_\_\_. **Open Space Appropriations and the Potentialities of a “City of Thresholds”**. In *Terrain Vague: Interstices at the Edge of Pale*, ed. by Manuela Mariani and Patrick Barron. New York: Routledge, 2014, pp. 57-58.

UFF, Universidade Federal Fluminense. **Carlos Nelson Ferreira dos Santos: Sementes Urbanas – v.1**. (Org.) Maria de Lourdes Pinto Machado e Maria Lais Pereira da Silva. Eduff: Niterói, 2017

# REMANESCENTES RIBEIRINHOS PÓS-HIDRELÉTRICAS: DIFÍCIL RE-EXISTÊNCIA

Luis Fernando Novoa Garzon e Daniele Severo da Silva

**Resumo:** com a implementação de duas megahidrelétricas no rio Madeira (RO), milhares de famílias ribeirinhas tiveram sua existência singular posta em questão, seja diretamente por meio de remoções, seja indiretamente por conta da inviabilização das barrancas do rio como áreas de reprodução social e cultural das comunidades ribeirinhas. Este texto procura colocar em questão os impactos socioambientais continuados de grandes projetos na Amazônia.

## Introdução

Na última década, os grandes empreendimentos de energia elétrica foram o esteio para mais um ciclo de apropriação econômica e de expropriação social na Região Amazônica, particularmente nas bacias dos rios Xingu e Madeira. Procuraremos destacar aspectos deletérios da territorialização homogeneizadora promovida pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau<sup>1</sup>.

Fica evidente que a expropriação do rio Madeira como bem público e a limitação de seus usos sociais vincula-se também à expropriação da capacidade de percepção e inteligibilidade do território que foi recriado. Observemos, portanto, de forma panorâmica, os resultados da privatização e tecnificação da dinâmica das águas do rio Madeira na última década. A montante dos dois reservatórios, dezenas de comunidades ribeirinhas foram dissipadas e tragadas subitamente enquanto outras foram sendo gradativamente

---

1 Territorialização que se consolida com a intensificação do rio Madeira como escoadouro de commodities produzidas em escala e homogeneidade proporcionais à devastação de biomas e territórios tradicionais neles adscritos.

inviabilizadas e ilhadas, à medida que águas que antes corriam, estacionassem e se espraiassem. A jusante da UHE Santo Antônio, na chamada “Área de Influência Indireta”, de Porto Velho até o distrito de Calama, no Estado de Rondônia, a limpeza social foi mais lenta, mas igualmente devastadora.

São inúmeras e simultâneas contagens regressivas que marcam o fim de comunidades tradicionais na Amazônia, contagens engatilhadas por grandes projetos privados viabilizados com recursos públicos e muita frouxidão institucional. Essa é a fórmula consensual nas últimas décadas para incorporar a região amazônica de forma integral aos circuitos operacionais dos oligopólios privados transnacionais.

Demonstrar como avançam as diversas frentes de despossessão na região, é fazer com que as políticas de desaparecimento social apareçam e sejam confrontadas. Sem perder de vista a necessidade de inquirir sentimentos e identificações que alimentam esse processo de extinção social: de um lado, a ostentação possessivista, a indiferença com o destino dos que foram vulnerabilizados, de outro, o colapso emocional dos continuamente atingidos, a constante oscilação entre o pânico e a sensação de desintegração.

## **1. Supressão da diversidade territorial como ponto final da Amazônia**

A sintetização da Amazônia como estoque de matérias-primas e plataforma logística para seu armazenamento e escoamento requereu devastações físicas e simbólicas de biomas e culturas entrelaçadas, de territorialidades de povos indígenas, de quilom-

bolos, de camponeses extrativistas, pescadores e ribeirinhos. A concepção da Amazônia como reserva de riqueza a ser apropriada, como “espaço vazio” a ser preenchido a todo custo, vincula-se a uma percepção capitalistocêntrica auto-referente que pressupõe a existência de um nível econômico–tecnológico superior por mérito civilizador. Demérito, portanto, dos não abrangidos, dos “de fora”, dos não prontamente assimiláveis às relações sociais apresentadas como “competitivas”. Bloqueio e desqualificação daqueles mesmos olhares e vozes não engolfados pelo discurso técnico-científico, para que não haja controvérsias e desgaste acerca dos requisitos indispensáveis do crescimento econômico (ZHOURI ET AL, 2014).

A chantagem é duplicada sobre os territórios que recepcionaram bolhas de crescimento das grandes obras. A desestruturação social e ambiental promovida pelos chamados projetos “estruturantes”, como o “Complexo Hidrelétrico Madeira” prepara de fato novas estruturas espaciais e territoriais. A região incorporada, agora como província hidrelétrica, representa um marco superior de capitalização e despossessão pelo que franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais, a partir da prévia anulação de valiosas subjetividades coletivas formadas e recriadas ao longo desse grande rio amazônico.

A dinâmica destrutivo-criadora do capitalismo no Brasil é intensa o suficiente para promover silenciamentos territoriais com poder retroativo. Epistemicídios são perpetrados

para que a marcha forçada dos grandes grupos econômicos sobre a Amazônia prossiga sem comoções. Abrem-se temporadas de caça a rentabilidades extraordinárias, abrem-se portos, estações,



corridas e corredores para que se prorroguem indefinidamente os efeitos da última crise financeira. E não são apenas as comunidades tradicionais amazônicas que perdem com isso.

## **2. Precarização dos contornos sociais e porque somos todos também ribeirinhos**

O rio Madeira vai de plataforma elétrica a plataforma logística. E todos, que dele ou nele viviam, desaparecem como sujeitos, como titulares de territórios e de direitos. Quem considera tolerável apagar modos de vida singulares para que existam corredores elétricos e graneleiros, avaliza o método de limpeza social que marca a chamada modernização ou avanço das relações capitalistas de produção no país. Por isso, de alto a baixo, produz-se o consentimento frente à expulsão daqueles, que nessa ótica, nem deveriam existir.

A identidade ribeirinha possível ou se constituirá no contraponto, na negação da negação ou se reduzirá a uma classificação temporária, a uma nova clientela da indústria da miséria. Mais candidatos para arregimentação de regimes de trabalho anômalos ou análogos à escravidão. Assim, a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo. Desconta-se na natureza dos “menos competitivos” os custos adicionais da última crise financeira. Dessa forma, não pode haver riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e saberes.

A supressão objetiva de sujeitos referidos por décadas e séculos a referidos a unidades de trabalho familiar polivalentes e cooperativas, estreitamente vinculadas aos ciclos hidrológico e climático, é uma premissa para a invenção dos ribeirinhos como “novos pobres” (ESCOBAR, 1998), deslocados do espaço porque deslocados do tempo. Precarização exemplar essa que reduz ou extingue espaços pactuados de interação social e de reconhecimento, incluindo toda a legislação e normativas protetivas decorrentes desses pactos.

Nesse cenário, os remanescentes de povos tradicionais nos entornos dos grandes empreendimentos da Amazônia só podem existir condicionalmente como “populações vulneráveis”, dependentes de medidas assistenciais. Seringueiro, castanheiro, pescador, ribeirinho, na narrativa modernizadora hegemônica, deixa de ser concebível como categoria não descritiva ou como condição coletiva consciente. Não pode haver alguém que tenha escolhido, aderido, adotado e criado seu território no entremeio dos ciclos econômicos, inventando um ciclo nativo, integrado e continuado. O colonialismo reciclado, que emana do modelo rentista-neoex-



trativista vigente no Brasil, não admite rastros de usufruto recíproco e equilibrado de bens efetivamente comuns.

Os remanescentes pós-hidrelétricas atestam sua condição de estrangeiros em seu próprio país, párias sociais, sem lugar na cadeia evolutiva do “progresso”, verdadeiros refugiados do desenvolvimento. A lógica da despossessão, que marca os megaprojetos, retira o que antes proporcionava autonomia e multiplica vetores de dependência que acentuam a despossessão inicial. Sem navegabilidade segura para pequenas embarcações, estradas são demandadas para a circulação e dessa forma difunde-se o desmatamento, o parcelamento irregular de lotes e demais dinâmicas centrífugas típicas da periurbanização nas cidades amazônicas.

Apesar da violência e celeridade das agendas verticais impostas pelos grandes negócios na Amazônia, as comunidades tradicionais não cessam de representar o mundo ao seu modo, buscando reconstruir suas memórias no presente-futuro por meio de suas novas apostas e lutas por reconhecimento. Enquanto o rio Madeira vai sendo incorporado por ciclos econômicos exógenos, tramas clandestinas vão sendo refeitas. A difícil re-existência (Porto-Gonçalves, 2004), se coloca não somente no esforço da reconstrução material de fontes de renda, mas também na reconstrução cognitiva e afetiva, no sentido da reapropriação social de futuros possíveis.

## **Referências Bibliográficas**

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A insustentável Leveza da Política Ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

# LAURO DE FREITAS: TERRA DAS ÁGUAS VERMELHAS CELEBRAÇÃO DE PERTENÇAS ANCESTRAIS DOS RIOS IPI- TANGA E JOANES NA REPARAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Tina Tude – Justina Maria Lima de Souza

**Resumo:** este ensaio apresenta uma perspectiva de reparação das pertencas ancestrais da identidade local no município de Lauro de Freitas à luz da celebração de elementos simbólicos relativos aos rios Ipitanga e Joanes, a fim de elucidar o pensamento norteador do conceito Terra das Águas Vermelhas, que institui o reconhecimento de tais rios enquanto elementos do patrimônio material e imaterial da memória dos povos tradicionais Tupinambá e Malê nesta comunidade.

## Introdução

“O Ganges, acima de tudo, é o rio da Índia, que manteve cativo o coração da Índia e atraiu incontáveis milhões às suas margens desde a alvorada da história. A história do Ganges, de sua fonte ao mar, dos tempos antigos aos modernos, é a história da civilização e da cultura da Índia, da ascensão e queda de impérios, de cidades grandes e orgulhosas, de aventuras do homem.” (JAWAHARLAL NEHRU, ex-primeiro-ministro da Índia. In “Descoberta da Índia”)

Tendo em vista a afirmação do célebre Pandit Nehru a respeito da representatividade e influência do Ganges para a celebração das pertencas de identidade da Índia e considerando a ocorrência de incontáveis comunidades e territórios cujas memórias e identidade estão fundamentadas em rios ancestrais que remetem à origem de cada local, além do entrelaçamento natural entre as questões ambientais relativas à gestão de recursos hídricos sus-

citadas universalmente na contemporaneidade, parece imperativo pensar as políticas públicas de desenvolvimento local sustentável à luz das políticas de PIR – Promoção da Igualdade Racial e, assim, ampliar a pauta referente à salvaguarda das pertenças hídricas de matrizes ancestrais dos povos tradicionais.

É de irrefutável conhecimento na história universal que muitas civilizações surgiram à margem de rios e, também no Brasil, é notória a intercorrência de localidades cujas pertenças culturais e de identidade encontram referências em pertenças hídricas que salvaguardam a memória de nossos povos inaugurais. Tomemos aqui, no entanto, para efeito de alusão a tal reflexão, algumas localidades do estado da Bahia em cujos imaginários se fundem as pertenças de sua identidade e suas águas de origem, como, por exemplo, Ilhéus e Itabuna, cidades nascidas do Rio Cachoeira; Petrolina e Juazeiro, margeadas pelo memorável Rio São Francisco, o Velho Chico e, por fim, Santo Amaro, no Recôncavo, fundada às margens do Subaé; Cachoeira e São Félix, unidas pelo Rio Paraguaçu; Praia do Forte, ao litoral de Mata de São João, banhada pelo Rio Timeantube – esses três últimos, de evidente etimologia indígena. Não é demais afirmar que a pertença de identidade de cada um desses lugares está firmada no imaginário popular em indissociável relação simbólica com seus rios de origem, de modo análogo ao que se refere a citação inicial quanto à relação elementar entre o Ganges e a civilização da Índia.

Para efeito de ilustração da influência e da importância dos rios Ipitanga e Joanes na consolidação das pertenças de identidade para o município de Lauro de Freitas, serão demonstrados aqui alguns aspectos que os qualificam como elementos legítimos da salvaguarda do patrimônio material e imaterial da memória dos

povos tradicionais Tupinambá e Malê nesta comunidade. A elaboração da noção conceitual Terra das Águas Vermelhas visa a colaborar para o reconhecimento e conscientização de aspectos simbólicos da história e memória local relativos a tais pertenças hídricas.

### **LAURO DE FREITAS: TERRA DAS ÁGUAS VERMELHAS - Aspectos da Salvaguarda de Pertenças Ancestrais Tupinambá e Malê no Imaginário Relativo aos Rios Ipitanga e Joanes**

Ao longo da história das civilizações, o pertencimento originário de um povo está, via de regra, amparado por seus rios de origem e esses acabam por imprimir forte traço identitário aos lugares, seu povo e *modus vivendi*, de modo que fica naturalmente marcada, por livre associação, a importância dos rios para cada civilização inaugurada às suas margens. Estando, portanto, notadamente expressa a importância do Ganges para a Índia, dos rios Tigre e Eufrates para o entendimento do território da Grécia, o Nilo para o Egito, o Tâmisa para Londres, o Hudson, para Nova York, o Sena para Paris, o Rio de La Plata para Buenos Aires, o Tejo para Lisboa ou do Rio Congo para a República Democrática do Congo, nação considerada, inclusive, o berço da civilização. De modo genérico, então, pode-se dizer que um rio é o berço de uma civilização e, assim, também se observa a profunda relação identitária entre diversas comunidades ribeirinhas no Brasil com as águas do Rio Negro, Solimões, Madeira, Araguaia e o Amazonas. Assim também, considerando a perspectiva de pertenças hídricas ancestrais e a identidade de outras “águas sagradas”, pode-se ainda pensar na influência da Lagoa do Abaeté para a constituição da memória de Itapuã, em Salvador, na Bahia.



Monumento aos Rios Ipitanga e Joanes. Marco territorial do município de Lauro de Freitas, alegoria alusiva ao conceito Lauro de Freitas - Terra das Águas Vermelhas

Dito isso, propõe-se aqui uma reflexão a respeito da importância da salvaguarda dos rios Ipitanga e Joanes, limites territoriais do município de Lauro de Freitas, enquanto elementos do Patrimônio Material - no âmbito das políticas públicas para o etnossociodesenvolvimento local sustentável e gestão de recursos hídricos, bem como do Patrimônio Imaterial - no que tange à celebração da memória do povo Tupinambá, associada ao imaginário do Rio Y-Pitanga e do povo Malê, no Rio Joanes.

Lauro de Freitas possui 59 km<sup>2</sup> de extensão territorial e população de aproximadamente 195 mil habitantes, segundo estimativas recentes. O referido município está situado na RMS – Região Metropolitana de Salvador, entre a capital e o município de Camaçari. O Rio Ipitanga limita o território à altura do aeroporto e o Rio Joanes faz divisa com o acesso ao litoral norte. Tais rios compõem uma das mais importantes bacias hidrográficas da Bahia, responsável por 70% do abastecimento de água da capital e região. Dado o vulto notório desses entes hídricos para a sustentabilidade local, as reflexões expressas a seguir visam a colaborar para a salvaguarda dessas águas e contribuir para a reparação da identidade em Lauro de Freitas por meio da ressignificação de aspectos da

memória de povos tradicionais presentes nessas pertenças hídricas ancestrais.

A perspectiva proposta pelo conceito Terra das Águas Vermelhas institui a celebração das pertenças de memória das águas como contributo para a formação da consciência histórica e consolidação da identidade municipal em Lauro de Freitas ao considerar os dois principais rios locais, Ipitanga e Joanes, como referências da memória Tupinambá e Malê, respectivamente.

O Rio Y-Pitanga é reconhecido historicamente como provável elemento inaugural do território ancestral do distrito de Ipitanga, cuja área parcial fora emancipada em 31 de julho de 1962, dando surgimento ao atual município de Lauro de Freitas. A história local registra a referência ao elevado índice de minério de ferro presente em suas águas (que lhe conferia uma coloração avermelhada), como provável motivação para a denominação atribuída pelos Tupinambá. A terminologia Y-Pitanga, portanto, em língua original, significa, literalmente, Água Vermelha - em alusão ao fruto de cor peculiar e de grande incidência no solo ancestral, de acordo com a obra Livro da História de Lauro de Freitas - Antiga Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga.

Quanto ao Rio Joanes, no entanto, para efeito de compreensão deste conceito, fora considerado também um rio de águas simbolicamente vermelhas, em livre associação ao sangue do povo negro escravizado que fora derramado às suas margens no episódio histórico conhecido como “O Levante do Joanes”, considerado precursor dos movimentos de insurgência e resistência do povo Malê na história da Bahia, ocorrido na madrugada de 28 de fevereiro de 1814.

Ipitanga e Joanes, as águas vermelhas que guardam o território municipal de Lauro de Freitas, guardam também em sua memória as pertencas ancestrais dos povos tradicionais que compuseram nossa memória. O reconhecimento do Ipitanga como berço-rio indígena e, do Joanes, como símbolo da memória de África, exalta nossas matrizes ancestrais mais elementares. Salvar a memória dessas águas é também, portanto, um ato de celebração da memória dos povos ancestrais.

No pensamento que rege o conceito Lauro de Freitas – Terra das Águas Vermelhas, reside, mais que apenas um chamamento à reparação da memória, um chamamento ao etnosociodesenvolvimento local sustentável. E esse, talvez, seja o maior legado que se possa deixar para a posteridade. Mais que guardar em suas águas a memória dos povos tradicionais, lançando luz sobre importantes aspectos de nossa arkhé civilizatória, o reconhecimento dos rios Ipitanga e Joanes como símbolos legítimos da identidade local instaura um novo paradigma de desenvolvimento, uma verdadeira revolução municipal, a gênese de uma jornada promissora para o ambientalismo, empreendedorismo, economia sustentável, criativa e da cultura, além do turismo no município de Lauro de Freitas, alinhando este território com paradigmas universais da contemporaneidade no que se refere a estratégias de enfrentamento aos impactos ambientais que atingem a água potável disponível no mundo.

Sendo água e memória, talvez, dois dos maiores patrimônios comuns à humanidade, causa-nos espanto que os tenhamos negligenciado a ambos e, sobretudo, que a humanidade tenha se portado, até aqui, praticamente como se ignorasse a relação de pertencimento que as águas estabelecem com as civilizações,



desde sempre e para sempre. A íntima relação de entrelaçamento entre estes dois elementos, água e memória, surpreende, sim, não pelo fato de a desconhecermos - pois parece pairar no inconsciente coletivo, “mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto, quando terá sido o óbvio” (CAETANO VELOSO, 1977) como, aliás, oportunamente, diria Caetano Veloso, poeta filho do Subaé, na célebre canção Um Índio.

Conservar nossas águas, bem como preservar suas pertencas étnicas, mostra-se necessário, tanto do ponto de vista ambiental, quanto por compromisso de celebração patrimonial de memória e identidade. Afinal, patrimônio, memória e identidade são temas correlatos e que estão em foco na atualidade para estudiosos, intelectuais, cientistas sociais e gestores públicos, sobretudo pelo entendimento de serem elementos tão fundamentais à perpetuação da história das civilizações, quanto seja a água imprescindível à sobrevivência da humanidade. Assim, numa analogia breve, pode-se considerar que um povo, para o ser, carece de sua memória enquanto sustentação de identidade, tal qual um rio carece de água para fazer fluir seu curso. Afinal, tal qual seja a água, o maior patrimônio de um rio, considere-se o maior patrimônio de um lugar, seu povo e, por fim, o maior patrimônio de um povo, sua memória, sua identidade.

### **Considerações Finais**

É, assim, portanto, um privilégio para esta geração a grata tarefa de empreender o futuro e celebrar a identidade deste povo e lugar, reverenciando a memória de suas águas primeiras, suas águas vermelhas, águas-pitanga, essas águas sangue de seu povo, que, afinal, como nos disse Vygotsky, “o que diferencia o

homem do animal é o exercício do registro da memória humana” (LEV VYGOTSKY, 1991).

O exercício do registro da memória dos povos tradicionais que colaboraram para a civilização nesta comunidade implica salvaguardar as pertencas ancestrais dos povos tradicionais Tupinambá e Malê presentes no imaginário dos rios Ipitanga e Joanes. Essa iniciativa representa, além de uma importante política reparatória no âmbito da promoção da igualdade racial, uma iniciativa para a salvaguarda ambiental de pertencas hídricas e, sobretudo, uma medida irrefutável de reparação da identidade local.

É de inestimável valor, portanto, o desenvolvimento de projetos e ações comprometidas com o entendimento pleno do etnossocio-desenvolvimento deste território e que integrem iniciativas inovadoras de gestão e desenvolvimento estratégico para o município, orientadas pela salvaguarda ambiental e patrimonial de suas pertencas hídricas.

Eis, então, a nobre missão “dos filhos deste solo” banhado por águas pitanga – de ferro e sangue, a honrosa missão desse povo cujo “brado retumbante” ainda se faz ouvir às margens dessas outras águas vermelhas, tão além do Ipiranga: salvaguardar a memória e matéria das águas, preservar a memória (e na memória), esses rios-símbolo dotados de potencial para a reparação e consolidação da identidade municipal através das tradições desse povo nascido ou acolhido por nossas águas ancestrais, desde o Ipitanga e até o Joanes.

## **Referências Bibliográficas**

NEHRU, JAWAHARLAL (2004). **A Descoberta da Índia**. Nova Dehli: Reprint.

FREITAS, Gildásio e PARANHOS, Emanuel (2008). **Livro da História de Lauro de Freitas - Antiga Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga**. Bahia: JPS Jornal e Gráfic.

VELOSO, CAETANO (1977). **Um Índio, no disco Bicho**. Rio de Janeiro: Philips.

VYGOTSKY, L. S. (1991). **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes

# O LOUVOR À SIMPLICIDADE E À ERUDIÇÃO EM “COMO SÃO CATIVANTES OS JARDINS DE BERLIM” – DÉCIO ZYLBERSTAJN (2014)

Michael Soares da Silva

**Resumo:** o trabalho tem a função de anunciar as relações entre a simplicidade e a erudição contidas no conto “Duelo com o pescador” do livro “Como são cativantes os jardins de Berlim” (2014), de Décio Zylberstajn. As questões de diversidade cultural aparecem no conto “Duelo com o pescador” através do conceito de “Paisagem Cultural” que visa a defender a produção típica das culturas locais em âmbito internacional.

## Introdução

O livro, por dialogar com o próprio tempo, não precisou apagar as experiências que o autor outrora adquiriu. Narrativamente, ou, na vida das personagens, o conhecimento do autor soma-se à livre interpretação dos leitores. Dessa maneira, Décio Zilberstajn discute assuntos que se tornaram problemáticos no novo século. A nova geração literária, a geração 00, torna-se o centro da nossa atual atenção. A crítica do livro, no entanto, não deixa de distinguir certas fronteiras temporais e sociais; por exemplo, a fronteira entre viver confortavelmente versus uma vida regada por superfluidades. É a distância entre a economia sustentável e a economia predatória contida em mais de três contos, inclusive no conto escolhido para analisar.

“Duelo com o pescador” traz a injustiça, covardia e mudanças no cenário econômico e cultural. Largado à mercê, o personagem encontra-se alheio ao auto sustento herdado do avô e do pai. Cabe acentuar o elo desse ensaio aos domínios da “Paisagem Cultural”

– um conceito da UNESCO para preservar a produção típica das variadas localidades internacionais.

Um conto deve ser capaz de transmitir uma mensagem que não é só comunicativa, mas também literária. O conto é objeto de teorias textuais. Algumas teorias textuais passam, assim, a servirem de modelo para analisar o conto “Duelo com o pescador”. A narrativa do conto tem a meta de traçar a vida da personagem Mazinho ao longo de acontecimentos que lhe altera a fortuna. A ventura da personagem solitária do conto “Duelo com o pescador” é travada em confronto com a justiça.

### **O lugar de “Duelo com o pescador” na obra literária**

A obra literária é grande, com onze contos ao todo e mais de cento e cinquenta páginas. Se for pela extensão “Duelo com o pescador”, está abaixo da média. Isso porque só tem quatro páginas, sendo o segundo menor conto da série (2014) de estreia de Décio Zilberstejn.

O lugar desse conto, porém, é especial; para o louvor que se quer tecer a respeito da erudição e principalmente à simplicidade, talvez “Duelo com o pescador” rivalize diretamente com “Encruzilhada”, “Noite de São Gonzalo” – que são verdadeiros contos para se tratar de simplicidade e erudição.

Alguns aspectos favoreceram a defesa de “Duelo com o pescador” como conto central da problemática urbana contemporânea que, nem sempre dialoga com o mundo rural do pescador, mas com a modernidade que chega atropelando a rotineira monotonia com máquinas e projetos de sucesso.

A importância da pescaria do Sr. Mazinho no conto “Duelo com o pescador” era para ser o duelo do pescador com o peixe; mas se torna um duelo desigual, seja com a polícia, seja com os caminhões que chegam urbanizando o setor primário rumo à industrialização.

### **A teoria do louvor à simplicidade e a erudição**

Afirmar que a simplicidade e a erudição são temas centrais da obra de estreia de Décio Zylberstein não é simples. Em mais de um conto, o leitor enxerga, por exemplo, a simplicidade com que alguns personagens vivem a própria vida – Soraya, o marido e Tarquínio em “Puro sangue árabe” ; o narrador em primeira pessoa de “Chuvarada” ; ou Seu Mazinho em “Duelo com o pescador”. Já a erudição, no caso específico de “Duelo com o pescador”, arrisca-se a ser um elemento desprezível.

Sendo a simplicidade um elemento notório no conto que nos podemos observar; nada mais ideal que começar por o decifrar. Seu Mazinho é o único personagem do conto. A sentença nominal “duelo desigual” se repetiu no enredo, marcantemente. O duelo inicial é mesmo entre nosso personagem, um pescador por hereditariedade, e o(s) peixe(s). “[...] onde sabia de um poço bem fundo em que o rio fazia um caracol. É lá que moravam os pintados, os dourados e os jaús, que pegava só se fossem bem graúdos.

As traíras, os cascudos e as fêmeas barrigudas de ovadas, ele jogava de volta na água” (Zylberstajn 2014: 49-50). Começa aí, os traços de erudição, pois somente um homem dotado de moderado conhecimento poderia distinguir as fêmeas dos outros peixes, e, salvá-las, ou mesmo saber quais e quais peixes eram graúdos. Esse conhecimento não pode ser desprezível em termos de erudição, pois tal sabedoria prática pertence a uma tradição familiar, parte de um ensinamento de pais pra filhos:



“Em tempo passado, muito distante, tão longe que quase ninguém se lembra, o finado pai de Mazinho, saía [pra pescar] com o cunhado –bugre da nação Bororo –naquele mesmo remanso.” (Zylberstajn 2014:50) “Filho de índia e de mulato, Mazinho pai, foi criado e aprendeu com as histórias da senzala que ouvia do avô paterno e histórias dos Bororos”. (ZYLBERSTAJN 2014:51) “Seu Mazinho se lembrava de tudo. Lembrava-se das histórias vividas e mais ainda das histórias contadas. Parece que aqueles causos que ouvira dos velhos eram os mais reais [...] Com o passar do tempo, Mazinho já não sabia se sabia de ter ouvido ou se sabia de ter vivido. Era tudo igual em sabença.” (ZYLBERSTAJN, 2014:52)

Importa também colocar em destaque que o autor Zylberstajn não se propôs a recuperações da sabedoria popular de matriz negra ou indígena, mas que seu conto encerra no ápice sócio-histórico brasileiro para que os leitores possam ver nas cenas do conto a modernidade se aproximando. O aspecto de erudição pode ser adensado com a informação que a UNESCO lançou em 1992. Um protetorado da Paisagem Cultural Mundial, queriam com isso, segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), proteger a paisagem natural e histórica.

“A partir de 1992, a Unesco adotou o conceito de paisagem cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. Duas décadas depois, em 6 de julho de 2012, reconheceu o Rio de Janeiro como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural. Copyright 2014. IPHAN. “Paisagem Cultural” Todos os direitos reservados

Por fim, o IPHAN definiria como paisagem cultural um conceito bem maior; abrangendo os fazeres, saberes e costumes de uma civilização que, ainda que regional, pudesse ter interesse social e econômico para a nação brasileira. Assim, em 2009 se instituiu a Portaria 127 (IPHAN) que dispõe sobre a Paisagem Cultural:

“Compõem a paisagem cultural o sertanejo e a Caatinga, o candango e o Cerrado, o Pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, as tradições da mata e as tribos indígena. Copyright 2014. IPHAN. “Paisagem Cultural” Todos os direitos reservados

Podemos ver, daí, que a erudição foi um argumento usado a pos-



teriori, inclusive, pelo governo brasileiro para beneficiar e proteger as matrizes culturais de nossa tradição popular, com o intuito de conservar o patrimônio imaterial; tão importante para nossa civilização, quanto os próprios monumentos materiais. Se a modernidade trouxe riscos para a sobrevivência do sertanejo e da caatinga, para o gaúcho e o pampas, por exemplo, certamente a personagem Mazinho enquadra-se a esse panorama contemporâneo de necessidade de proteção, seja governamental, seja civilizatória.

Certamente, os pescadores e os barcos tradicionais, também as tradições da mata e as tribos indígenas passam a compor uma distinta forma de entender as conseqüentes preocupações nacionais. O autor, com isso, supera a expectativa de se fazer literatura pelo próprio valor estético, e, encara essa atividade literária como um fazer social, crítico e engajado. No entanto, Décio Zylberstajn não nos apresenta uma solução para tais problemas sociais, antes, os evidencia e conforma uma abertura à interpretação do leitor.

“O barco, aquele que fora talhado em um só tronco pelo falecido pai, aquele barco que pesava fora d’água, mas era uma pluma quando Mazinho remava, agora estava no posto da polícia ambiental. Seu Mazinho passava por lá e evitava olhar para o barco que apodrecia fora d’água. De vivo mesmo, só ficaram as histórias ouvidas que circulavam pelas veias cablocas. [...] ele pode ouvir os caminhões a passar pela estrada [...] (ZYLBERSTAJN 2014:53).

## Considerações Finais

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes enredos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens. CÂNDIDO, A. “A personagem do romance” (1972:53)

Sustentamos durante todos os momentos que a erudição não precisa ser a representação de classes favorecidas, em que circule conhecimentos milenares e canônicos. O modernismo, enquanto escola literária, alertou-nos, outrora, para a contemplação viva da arte e da literatura. Entretanto, Décio Zylberstajn não é só moderno, o autor dessa primeira obra (2014) precisou ser atual e dialogar com um público que transcende o século XX. Para isso, ressaltou diversas problemáticas que preocupa a saúde pública, a justiça, a polícia e a cada um de nós, leitores.

Muitas vezes foi vista a erudição mascarada nos modos simples das personagens, como por exemplo, Seu Mazinho – personagem central do conto “Duelo com os pescadores”. Será mesmo que Seu Mazinho tinha consciência da importância da sua atividade para um panorama geral da cultura brasileira? Num crescendo local, regional, nacional? Foi essa dimensão que tentamos abarcar com a nova Portaria (127) que dispõe sobre “A paisagem Cultural” no Brasil.

## **Referências bibliográficas**

ADORNO, T. “**Posição do narrador no romance contemporâneo**” in Notas de literatura I. São Paulo, 34, 2003.

BENJAMIN, W. “**O narrador**” in Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTLEY, P. “**Use of summary**” e “**Use of scene**” in Stevick, P (org) The Theory of the Novel. New York: Free Press, 1967.

Cândido, A. “A personagem de ficção”. São Paulo: Perspectiva, 2002

**PORTARIA Nº 127** do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DE 30 DE ABRIL DE 2009.

TODOROV, T. “**As estruturas narrativas**”. São Paulo Perspectiva, 2003.

WEISSHEIMER, M. R. (org) “**Paisagem Cultural**” Brasília: Depam-IPHAN, 2009.

# ESTUDO EM MUSEUS: IDOSOS, UM PÚBLICO DIVERSO ETNOBIOCULTURAL

O. Susana Costa C. e Araujo e Meire Cachioni

**Resumo:** conhecer a diversidade do público idoso nas relações museográficas permitirá que os museus impactem positivamente a vida de cidadãos e comunidades. Os museus podem promover aprendizagens ao longo da vida, diálogo intercultural contemplando vivências, interesses, motivações e necessidades diversas do público 60+. A pesquisa quali quanti fornecerá dados que subsidiem demandas do setor cultural.

O envelhecimento é um processo diverso etnobiocultural não só a partir dos 60 anos cronológicos, mas ao longo de toda a vida. A imagem da velhice, categorização socialmente produzida (DEBERT, 1998) está em constante transformação, os idosos de hoje são diferentes dos idosos do século passado.

O crescimento demográfico e o aumento da longevidade originam um crescimento do número de indivíduos que terão mais de 80 anos e a possibilidade de coexistência de duas gerações de idosos na mesma família.

Projeta-se um sistemático aumento do índice de envelhecimento, dados referem que em 2030 para 100 jovens com menos de 15 anos existirão 75 idosos (IBGE, 2017).

Em 2014, os idosos já representavam 13,7% da população brasileira – 27,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais (IBGE, 2014). Em 2050, calcula-se que esse número chegue a 66 milhões – quase 30% da população (IBGE, 2018).

A diversidade de idades e a diversidade de idosos passam por características biológicas e culturais (ARAUJO, 2016). Independentemente dos debates identitários e de representações, todos envelhecem num processo contínuo, em constante construção e adaptação a contextos históricos, sociais e culturais (tecnológicos).

Construir relacionamentos heterogêneos com os cidadãos com mais de 60 anos é prioritário, compreendendo a diversidade e a multiplicidade de vozes que transcendem o rótulo “público idoso”. Este é o desafio que se pretende pontuar neste artigo na apresentação de uma pesquisa em desenvolvimento na UNICAMP na área da gerontologia. Os museus brasileiros são laboratórios para uma pesquisa de público e recepção onde se procura conhecer o relacionamento dos cidadãos 60+.

Os museus aparecem como espaços de reflexão e debate histórico, social, cultural e tecnológico-científico que teoricamente promovem o acesso cultural diverso e contemplam a diversidade cultural nas narrativas que constroem.

A função social da museologia sobressai no seu relacionamento com o público, tanto no setor da comunicação, como da salvaguarda, em resultado da expansão de públicos e das políticas de inclusão sociocultural.

Ressalta-se o deslocamento do foco “do museu para o cotidiano das pessoas” (CURY, 2010, p.273). Como os indivíduos que se relacionam nos museus se posicionam de forma mais ou menos inovadora para alcançar esses fins. A pesquisadora Marília Xavier Cury explica que no processo curatorial o público interno e externo são elementos a serem avaliados.

A pesquisa de recepção de público é importante para o museu, porque são os usos que o público faz dele que lhes dão forma social. A pesquisa de recepção é fundamental para a museologia porque é uma das possibilidades de produção de conhecimento e construção teórica. Porque a pesquisa de recepção ocorre na relação do público com o patrimônio musealizado, o campo para a construção de experimentos empíricos de coleta e análise de dados é a museografia, campo autônomo e auxiliar como é a etnografia para a antropologia (CURY, 2010, p.275).

Refletir as demandas do público e dos museus, perante as mudanças sociodemográficas e equacionando a qualidade de vida das comunidades, permite que a justificação de investimentos pela importância do retorno social e cultural, pensando a economia criativa e o desenvolvimento local, mas também o bem estar dos indivíduos.

Por isso, destaca-se a necessidade de conhecimento de três pilares articuladores: os idosos como público de museus (visitantes e não visitantes); o contexto local das instituições museológicas e possíveis parcerias; e as diversas escolhas museográficas possíveis - na comunicação, salvaguarda, pesquisa e gestão.

Percepção-se que normas de inclusão de públicos diversos e a participação social dos idosos, podem criar inovação e mudança para ambos, assim recorre-se a diretrizes recentes universais, como as Recomendações Unesco de 2015 [...] (UNESCO, 2016) e diretrizes museológicas que vêm se consolidando desde os anos 70 (Conferências de Santiago do Chile, 1972; Quebec, 1984; Lisboa, 1985; Caracas, 1992).



A diretriz da Unesco recomenda políticas de aprendizagens contínuas ao longo da vida, pelo posicionamento comunicacional e educacional dos museus, apontando a cooperação dos atores sociais na preservação do patrimônio tangível e intangível (UNESCO2016), o que converge com o Estatuto do Idoso (2003) quanto à necessidade de garantir a participação no processo de produção, reelaboração e fruição de bens culturais, valorização do registro da memória, transmissão intergeracional e estímulo da participação dos idosos na comunidade (BRASIL, 2003, art. 10.).

A adaptação às normatizações não é linear porque envolve a compreensão ao nível do senso comum da sua utilidade e possível utilização. O cumprimento das normas mostra escolhas que fazem parte dos sistemas de representação, revelando comportamentos que originam as mudanças sociais (JENSEN; WAGONER, 2009). Existem instituições que começam a equacionar incentivos para a criação de mais aplicações museográficas e experimentações com os cidadãos com mais de 60 anos, visando um impacto positivo na vida de indivíduos e museus (ARAUJO, 2016).

O envelhecimento e a musealização podem ser bem-sucedidos se ocorrerem relações por meio de abordagens socioculturais que promovam aprendizagens ao longo da vida e diálogo intercultural, mas contemplando vivências, interesses, motivações e necessidades dos indivíduos, focando a longevidade dos cidadãos como conquista civilizacional.

Defende-se que aprendizagens de diferentes modos de ver, pensar e agir são estratégias de adaptação e sucesso no envelhecimento. Assim, os museus podem ser lugares gerontopedagógicos (ROBERTSON, 2015), espaços de aprendizagem contínua a serem pensados pela área definida como gerontologia educacional (NERI, 2005; CACHIONI & NERI, 2008, DOMINGUES et Al., 2012).

O público 60+ não é priorizado pelos museus, comparado com outras tipologias de público como o escolar, e abordagens comunicacionais específicas e intencionais são poucas no contexto brasileiro, salvo exceções ainda pioneiras dos setores de educação museal. A bagagem de experiências que este grupo tem como consequência da experiência e história de vida, e que nenhum outro grupo registra, permite múltiplas opções museográficas se estimulada a participação, por exemplo através da história oral ou inventários participativos, numa coleta de dados que alimente a documentação, pesquisa e que suporte a comunicação.

A pesquisa de recepção como metodologia torna possível compreender o alcance das relações museográficas com o potencial público idoso e parceiros.

O multimétodo é utilizado na pesquisa que privilegia tanto a análise qualitativa como quantitativa de variáveis categóricas. A co-



leta de dados realizou-se em museus da Secretaria Estadual de Cultura SP/SISEM SP e em outros fora do estado de São Paulo. A insuficiência de dados com este recorte sociodemográfico, dentro dos estudos de público, foi apontada como uma lacuna e uma demanda dos museus que aderiram à pesquisa.

Espera-se fornecer dados de caracterização dos idosos em visita ou participação de atividades em museus. O enfoque nas características culturais, motivacionais, emocionais e sociodemográficas dos frequentadores de museus, distingue este estudo de uma pesquisa de opinião. A coleta foi possível com o apoio do Observatório Itaú Cultural com o Prémio Pesquisa em Economia da Cultura 2017.

As práticas investigativas de público e recepção justificam o retorno social do investimento feito na salvaguarda e comunicação da herança patrimonial, defendendo-se estes aspectos como tão, ou mais, importantes do que o número de visitantes e receitas de bilheteria (ARAUJO, 2016).

A inclusão social e o pleno cumprimento da cidadania só poderá ser efetivado com os idosos “quando a sociedade puder oferecer-lhes novas formas e propostas de aprendizagem, que mobilizem seus interesses e ampliem suas possibilidades de desfrutar boa qualidade de vida” (SANTOS, LOPES e NERI, 2007, p.79).

Os museus precisam perceber que estar a serviço da sociedade depende do momento presente e em contextos interdisciplinares, político-sociais, específicos. É preciso assumir que as instituições museais são (e sempre foram) revestidas de um exercício político. No entanto, a procura da defesa da cidadania e da possibilidade

de se sentirem representados diversos grupos sociais originaram-se “novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação”, como é referido pelo MINOM, a museologia deve ter a:

capacidade de escuta e que reconheça: - As diferenças de ritmos, atitudes, tempos, materialidades, territorialidades e linguagens que favoreçam os movimentos sociais; [...] o caráter dinâmico da memória e a importância de dialogar com o seu tempo; [...] perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana (MINOM,2013).

Procuram-se mais valias para o idoso neste envolvimento com os museus, dentro do processo de envelhecimento heterogêneo e dinâmico, oportunidades para o envelhecimento ativo e participativo. Porém, o museu pode beneficiar-se numa relação em que os indivíduos trabalham a memória de forma única, através da sua história de vida, experiência e vivência atual. Enfatiza-se a promoção de ações que tenham impacto político, psicossocial ou econômico na vida dos indivíduos ou grupos.

### **Referências bibliográficas**

ARAUJO, O. Susana Costa e C., **Os idosos como público de museus**, Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2016.

BRASIL, Senado Federal. **Estatuto do Idoso**. Lei nº10.741. de 1º de outubro de 2003. Paulo Paim (Org.), Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 2003

CURY, Marília Xavier. **Novas Perspectivas Para a Comunicação**

**Museológica e o Desafios da Pesquisa de Recepção em Museus.** In: I SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO MUSEOLOGIA DOS PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, Actas 2009, Volume 1, Porto: ed. Universidade do Porto, 2010 Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8132.pdf> > Acesso em 05 mai.2015

DEBERT, Guita G. . **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice, Antropologia e Velhice.** Textos Didáticos, nº19 IFCH Unicamp, Campinas: 1998. Disponível em: <[www.mirelaberger.com.br/](http://www.mirelaberger.com.br/)> Acesso em: 11 mar. 2013.

DOMINGUES, M.A.; OEDONEZ, T.N.; TORRES, M.J.; BARROS, T.C.de; LIMA-SILVA, T.B.; BATISTONI, S.S.T.; MELO, R.C.de; LOPES, A.; YASSUDA, M.S. e CACHIONI, M.. Rede de Suporte Social de Idosos do Programa Universidade Terceira Idade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Revista Temática Kairós Gerontologia, 15, 33-51. [online], São Paulo: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2012.

IBGE. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**,2017. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso: 31 ago 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060.** Tabela 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>> Acesso em mar 2019

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais 2014** Disponível em:

<<http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-2014-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira.html>>  
Acesso em: 06 abr. 2015.

JENSEN, Eric; WAGONER, Brady, **Continuing Commentary: A Cyclical Model of Social Change**. Culture & Psychology, Junho 2009, vol.15 p.217-228, Disponível em: <<http://cap.sagepub.com/content/15/2/217.abstract>> Acesso em: 01 mai. 2015.

MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia, **Declaração Minom Rio 2013: XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia**, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>> Acesso em: 20 abr 2016.

NERI, Anita Liberalesso, **Palavras-chave em gerontologia** (2ª Edição). Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.

ROBERTSON, Hamish L., (Org.) **The Caring Museum: New models of engagement with ageing**. Cambridge: Museum Etc, 2015.

SANTOS, Geraldine Alves dos, LOPES, Andreia e NERI, Anita Liberalesso. **Escolaridade Raça e Etnia: elementos de exclusão social de idosos**. NERI, A.L.(organizadora) Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC,2007.

UNESCO, **Recommendation Concerning the Protection and Promotion of museums and collections, their Diversity and their Role in Society** – Paris, 17 novembro 2015. PARIS: Unesco, 2016.

# A COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS NA INCLUSÃO SOCIAL DO(A) TRANSEXUAL NO MERCADO DE TRABALHO: respeito à diversidade e à inclusão social de minorias.

Vanessa Ester Ferreira Nunes e Cristina Schmidt Silva Portéro

**Resumo:** o presente ensaio propõe uma análise referente à competência dos entes federados no tocante ao preceito constitucional do valor social do trabalho. Por meio de pesquisa descritiva com levantamento bibliográfico e documental, analisa-se a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho de uma minoria social denominada transexual e de qual forma os entes federados poderão intervir para a inclusão dessa minoria no mercado de trabalho para garantir um direito constitucional.

## **Do federalismo e as competências dos entes federados**

Federalismo é um sistema de governo que envolve vários estados reunidos formando uma nação, em que cada unidade federativa (estado) possui autonomia. E, Federação é a união política de territórios com governo próprio e certa autonomia. O Brasil possui 26 estados e o Distrito Federal, e mais de cinco mil municípios. Todos eles têm seus governantes e suas leis particulares, mas não podem ultrapassar os limites da Constituição Federal.

Essa união é indissolúvel, nenhum estado pode se separar do país e apenas o Governo Federal tem soberania perante as outras nações.. A Federação no Brasil foi estabelecida por meio do Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, sendo consolidada pela promulgação da Constituição de 1891, que definiu a forma federativa de Estado e a forma de Governo Republicana.

O sistema brasileiro é de triplo federalismo, promovendo a incor-

poração dos municípios, juntamente com os estados, como partes integrantes da federação. Todos os entes federados têm seus próprios poderes legislativos e os níveis federal e estaduais têm seus próprios poderes judiciários.

Há existência de uma divisão de poder dentro da federação brasileira, porém, em diversas áreas as competências são concorrentes entre os entes federados, em especial a legislativa. Por isso, muitas situações são levadas ao Poder Judiciário, às competências de controle de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, para solucionar os impasses das questões apresentadas por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs (Souza, 2005, p.5).

Referente à legislação do trabalho, o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal vigente dispõe que cabe privativamente à União legislar sobre o tema. Sendo assim, é de competência da União qualquer alteração ou inclusão de alguma lei em seu conteúdo.

Na Constituição Federal, o artigo 1º, inciso IV, dispõe sobre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como princípios a serem protegidos pela Constituição. O artigo 8º inclui o trabalho como valor social e dispõe normas de proteção. Já no artigo 21, do mesmo dispositivo, dispõe que cabe à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. No artigo 23, inciso I, dispõe que é competência comum dos entes federados zelar pela Constituição Federal.

Aos estados existe a competência residual, quando a União não dispor de certo assunto, o estado poderá legislar, desde que não crie uma lei que afronte a Constituição Federal e seus princípios,

# PELA INCLUSÃO E VISIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO



conforme artigo 25, §1º da Carta Magna. Aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber, conforme artigo 30, incisos I e IV.

Como se observa, o município tem o dever de zelar pela Constituição Federal, com a competência de legislar em matérias de interesse local e complementar a legislação federal e a estadual. Logo, quando for observada uma necessidade social, respeitando os limites da Constituição, o município poderá legislar para inclusão social e proteção aos cidadãos, inclusive em matéria de incentivo à inclusão de minorias no mercado de trabalho, respeitando os limites da Consolidação das Leis do Trabalho.

## **Do valor social do trabalho, da transexualidade e da competência municipal de inclusão social**

Um dos princípios centrais do direito constitucional brasileiro está no artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que dispõe sobre o valor social do trabalho e da livre iniciativa, que trata-se da importância valorativa do trabalho para a vida do

homem, preservando também a livre iniciativa para empreender no mercado.

Com a inserção no mercado de trabalho, o indivíduo, naturalmente, conquista outros princípios constitucionais, como por exemplo a dignidade da pessoa humana constante no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, e a cidadania disposta no artigo 1º, inciso II, do mesmo diploma constitucional.

No artigo 5º, tem-se o princípio da igualdade, dispondo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, estando implícita nessa frase a diversidade sexual.

Se há igualdade como princípio fundamental da Constituição brasileira, o ato da discriminação e preconceito no tocante a diversidade sexual é um ato violento e fere a igualdade disposta na Constituição, bem como os demais princípios da dignidade e cidadania. Para Clève e Freire (2014, p.24) os direitos fundamentais, inclusive da igualdade, são para todos os homens.

Em toda sociedade existem minorias, geralmente grupos mais vulneráveis e muitos necessitam da atuação do Estado para que haja a inclusão para o exercício de direitos e igualdade social. Reconhecer as diferenças e ampará-las é fundamental para incluir os grupos de minorias que compõem uma sociedade.

Conforme Rios Junior (2013, p. 25) “deve-se determinar os grupos de pessoas que mais sofrem os efeitos da exclusão social e, assim, tomar medidas para que sejam inseridos na vida social e política da sociedade de que fazem parte”.





O preconceito, a discriminação e a violência referentes à diversidade sexual também é observada no mercado de trabalho, local em que o cidadão adquire seu sustento e de sua família. É notória a dificuldade de ingresso ao mercado de trabalho pelo(a) transexual, seja pela pouca qualificação profissional ou preconceito decorrente de sua aparência, pela sua sexualidade, suas características e vestimentas.

Os(as) transexuais, representados pela letra T da sigla LGBTI, são pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo do nascimento. Desejam ter aceitação da sociedade do sexo diferente do seu nascimento. Seria um transtorno de identidade de gênero (Jesus, 2012, p.14).

Observa-se que o Brasil é um país ainda com raízes cristãs e, em muitas denominações religiosas decorrentes do cristianismo, a população LGBTI não é recepcionada de modo isento ou sem qualificador que o discrimine, além de interferir na formação de opinião em outros segmentos sociais como exposto abaixo. Oliveira (2017, p.23) afirma que o Brasil é o país mais violento para com os(as) transexuais, sendo o país que mais assassina travestis e mulheres transexuais no mundo, de acordo com os dados da Transgender Europe, uma organização internacional que coleta

dados sobre violência cometida contra pessoas trans em diversos países. Em 2018 segundo a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018, p.15) ocorreram 163 assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 Pessoa Não-Binária.

A população LGBTI sofre discriminação recorrente, seja dentro de seu lar, local onde as agressões se iniciam prematuramente, seja no ambiente escolar, que ao invés de um ambiente educacional, torna-se insalubre para uma educação sadia. Isso faz com que grande parte dos(as) transexuais sintam-se desmotivados (as) e receosos (as), não concluam seus estudos e, por conseguinte, possuam pouca ou nenhuma qualificação para o mercado de trabalho.

Sem qualificação e sem emprego, os(as) transexuais partem para o trabalho autônomo como: manicures, cabeleireiros(as) e vendedores(as). Embora sejam profissões honrosas, mas, será que somente esse tipo de trabalho está disponível para o público LGBTI? Os(as) transexuais precisam de acesso ao mercado de trabalho e ao rol das mais variadas profissões, como advogados(as), médicos(as), engenheiros(as), profissionais da informática, arquitetos(as), entre outras diversas opções, clássicas e modernas, sendo uma questão de escolha e não ausência de opção, necessitando, dessa forma, da atuação do Estado para a garantia do exercício desses direitos.

Pode-se citar como exemplo a Prefeitura do município de São Paulo que promoveu em 29 de maio de 2015, o programa Transcidadania, com o objetivo de promover a reintegração social e incentivar a colocação profissional para travestis e transexuais, favorecendo o acesso à escola, cursos profissionalizantes e ofe-

receu um auxílio de aproximadamente um salário mínimo paulista, além de realizar campanhas de respeito ao nome social.

Durante o mandato do prefeito Fernando Haddad (2013 a 2016), procurou-se abrir oportunidades a essa parcela da população através de políticas públicas com o programa chamado Transcidadania:

O Transcidadania é um programa da Prefeitura de São Paulo destinado a promover os direitos humanos, cidadania e condições de oportunidades de vida para mulheres transexuais e travestis e homens trans em situação de vulnerabilidade social. O Programa possui como dimensão estruturante o aumento do nível de escolaridade e possibilita condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas ao Programa. Há formação profissional e formação cidadã. A essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange a qualificação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado desta população. (CONCILIO, 2017, p.2)

O Programa Transcidadania do município de São Paulo provou que é possível fazer política pública de inclusão, concreta, transversal e com investimento financeiro real para a população LGBTI.



## **Considerações Finais**

Conforme dito no início deste texto, os municípios podem legislar nos assuntos de interesse local e possuem competência para suplementar a legislação federal e/ou estadual. Também deverão zelar pela Constituição Federal, inclusive no cumprimento dos seus dispositivos, podendo assim elaborar leis de inclusão social do(a) transexual no mercado de trabalho, preenchendo, dessa forma, a lacuna existente e cumprindo os preceitos de igualdade, dignidade e direitos sociais.

A competência de zelar pela Constituição e seus preceitos é comum entre os entes federados, logo, em que pese a competência legislativa referente a matéria do trabalho ser exclusiva da União, nada impede políticas públicas de incentivo, assistência e amparo à parcela da sociedade que necessita de atenção do Poder Público partir dos Estados e municípios com a criação de políticas públicas de inclusão dos(as) Transexuais no mercado de trabalho local.

Políticas públicas com incentivos fiscais para empresas que contratarem transexuais é um exemplo do que o município ou o estado pode patrocinar, dessa forma, o(a) Transexual terá a oportunidade de inclusão e terá seu direito constitucional garantido.

## **Referências Bibliográficas**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em < <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-as->

sassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em 25/02/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – Vade Mecum** RT. 14. ed., rev., ampl. e atual até 30.12.2016. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. FREIRE, Alexandre. **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional**. 1.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

CONCILIO, I.L. **Transcidadania Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador**. Isabela Leite Concilio; Marcos Amaral; Paula Morena Silveira (Organizadoras) São Paulo, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2.ed. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN, 2012.

OLIVEIRA, Antonio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule. **Transpolíticas públicas**. Prefácio. OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Campinas: Papel Social, 2017.

RIOS JUNIOR, Carlos Alberto. **Direitos das Minorias e limites jurídicos ao poder constituinte originário**. São Paulo: Edipro, 2013.

SOUZA, Celina. **Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988**. Revista de Sociologia e Política nº 24: 105-121 Jun. 2005

# INTERCONNECTIONS BETWEEN CABILA AND IJEXÁ: ONE ROOT, TWO RHYTHMS

Adrian Estrela Pereira

**Abstract:** the present paper has as the main aim to present, from musical analyzes of its rhythmic bases, some possible interconnections between Ijexá and Cabila. In this sense, this essay will discuss the main characteristics, uses, and functions of these African matrix rhythms in Candomblé terreiros and in Brazilian popular music.

## Introduction

Cabila and Ijexá are Rhythms of African matrix that composes the extensive musical repertoire of several nations of candomblé in Brazil. According to Palmeira (2017, p.33), “in Salvador, regarding Candomblé Terreiros, it is possible to identify three main groups, known by the nomenclature of Nations: Ketu, Jêje and Angola”. Thusly, considering the nations presented above, the chosen rhythms are traditionally executed in two of these nations: the Ijexá in Ketu nation and the Cabila in the Angola nation.

In this way, the general aim of this article is to present some possible interconnections of the Ijexá and Cabila rhythms. Derived from this, there are three specific objectives: 1) to describe the main characteristics of Ijexá rhythm; 2) to discourse about the Cabila rhythm; 3) point out some similarities between the relation of notes and rests in that music. Hence, I intend to answer the research question: In which musical aspects Cabila and Ijexá are similar?

This research was supported by the bibliographic method that, according to, Lakatos and Marconi (2003, p.183) “covers all public

bibliography already related to the subject of study, from single publications [...] to oral means of communication: radio [...] and television.”

In the construction of a theoretical foundation, was found scientific sources of authors that have clarified about contents related to this paper, such as Nigri (2014), who writes about the Cabila and its relation with Brazilian popular music; Cardoso (2006), who states about ijexá in historical, cultural and religious contexts; and Palmeira (2017), who describe several concepts related with Afro-Religious music in Bahia.

Next, we will present considerations about clave, essential concept to understand the approach used in this article.

- CLAVE

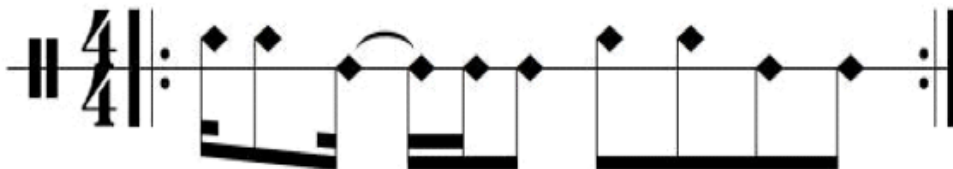
Claves are rhythmic patterns that work as guides in African matrix music. In the Brazilian tradition, they are usually played by a percussive instrument with an acute sound. Meneses (2014, p.146) describes clave as short patterns that can be materialized (or not) by an instrument. According to him, the claves can also be present only “in the consciousness of the musicians, informing and restricting patterns of instruments, melodic phrases, improvised rhythms” (MENESES, 2014, p.146). In addition, Kubik (apud MENESES, 2014, p.146) argues that in Afro-Brazilian music the Clave works as “orientation to other parts of music in its temporal dimension”, in other words: in its rhythmic dimension.

## The Rhythm Ijexá

The Ijexá is an African matrix rhythm played in Candomblé's ceremonies that also achieved a great diffusion in profane music in Brazil. According to Cardoso (2006, p. 351), the word Ijexá also refers to a region in the northwest of the African continent. In this region, the worship of the Oxum is very significant, and probably because of this fact the Ijexá rhythm has been incorporated into Ketu Candomblés to praise this divinity.

The Ijexá left the Candomblés and goes to the streets through the afoxés. These are carnival blocks, popularly known as street candomblé, in which songs are performed with Ijexá rhythm. According to Becker (2014, p.22): "The afoxés emerged as the need of candomblé people to participate in the carnival with their own music". The Ijexá, like several rhythms of an African matrix, has its own clave, which governs all instruments involved in the rhythm execution. In Afoxes, the clave is usually played with an agogô:

Figure 1 - Clave of the Ijexá



Source: Elaboration of the authors.

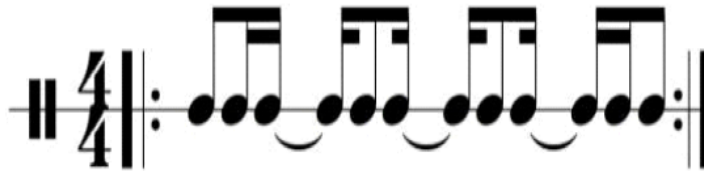
Like various touches of the Candomblé, Ijexá is a complex rhythm, executed by four instruments: agogô, that is responsible for performing the clave, lé, and rumpi that perform own and constant rhythms, and rum that performs free rhythmic improvisations. In addition, in afoxés, the use of caxixi is frequent to perform the regular metric pulsation.



## The Cabila Rhythm

The Cabila or Cabula is a characteristic rhythm played in Candomblés of Angola nation. In its execution during the religious ceremony, the drums are always played only by the hands. Drumsticks Aguidavís are restricted to the gã. Played traditionally in a very fast beat, the Cabila rhythm is associated with the inquices Cabila and Roximucumbi. It represents a simple quaternary rhythm. Like other African rhythms, the Cabila has its own key which serves as a guide for all musicians.

Figure 2 - Clave of the Cabila



Source: Elaboration of the authors.

According to Leite (2017, p.52), the cabila “structured several genres and subgenres of Brazilian music, especially the samba” (the predominant genre of Brazilian popular music). Concomitantly, Nigri (2014, p.103), in his researches and experiences in the terraces of Angola nation, heard several times phrases like “the real root of the samba is in candomblé”, “The cabula is the father of the samba” or, “samba came from the terreiro”. Still, according to Nigri (2014 p.103), the rhythm cabula works “in songs that produce a festive sense, presents aesthetic proximity to the samba, in rhythmic terms and also in the festive sense of joy, celebration.

Like ijexá, Cabila is a complex rhythm and for its execution, three drums (rum, rumpi, and lé) and a metal idiophone (gã) are needed. The clave of Cabila is executed by the gã, the lé maintains a punc-

tuated ostinato rhythm, the rumpi - a syncopated ostinato rhythm and the rum is responsible for performing rhythmic variations.

### Ijexá And Cabila – Two Cultures $\frac{3}{4}$ Of A Tempo Apart.

Concerning about notes and rests of their claves, there is a pattern that is common in the execution of these two rhythms, and, therefore, the same execution can be understood as Ijexá or Cabila depending on the chosen reference. To demonstrate this property, next will be presented and compared the claves of the two rhythms through the traditional musical writing and a notation based on the dystrophic writing, in which are presented all the subdivisions of a beat, therefore, where there is and where there isn't played notes.

Figure 3 – Two writing forms of Ijexá's Clave



Source: Elaboration of the authors.

Note that in the figure on the right, all beat's subdivisions are represented (subdivisions based on the shortest note), but only the notes represented by the small black circle must be executed. In this way, the "x" is responsible for the representation of pauses. Since in the left musical representation there is no differentiation between high and low notes, the two systems represent exactly the same rhythm. Following the same principle, Cabila's Clave will be presented in two forms of writing.

Figure 4 - Two writing forms of Cabila's Clave



Source: Elaboration of the authors.

Just as in the representation of Ijexá, in the right score, all beat's subdivisions are represented, but only the small black circle notes represented must be played. Thus, the two systems represent exactly the same rhythm.

The scores presented so far shows only one cycle of each rhythm, with the repeat signs indicating that the pattern must be repeated indefinitely. Since they are quaternary rhythms, both the Ijexá and the Cabila restart their cycles every 4 pulses, as represented below:

Figure 5 – Claves and Natural Pulses of Cabila and Ijexa



Source: Elaboration of the authors.

In examples of figure 5, the numbers match with the pulse of their respective rhythms, however, the execution of the clave does not depend on the pulse presence. Thus, to notice the similarity between rests and notes of these two rhythms, we will take the clave of Ijexá as a reference, however, instead of starting the pulse from the first note, we will count the four pulses from the fourth note wrote:

Figure 6 – Dislocated pulse of Ijexá



Source: Elaboration of the authors.

It is important to note that, even though the count was not started from the first note, the relation of 4 figures between two pulses was respected. From the distribution shown by figure 6, it is possi-

ble to notice the similarity between the claves of Ijexá and Cabila. Considering we start the pulse from the fourth subdivision of the Ijexá's first beat, we find the Cabila rhythm.

### **Final Considerations**

Ijexá and Cabila are quaternary rhythms performed for deities of different Candomblé nations, but they share some similarities such as the distribution between clave's sounds and silences, their functions in religious cults, and the gods for which they are executed.

Both touches have the rhythms performed by the drums with constant rhythms performed only with the hands ie. without of Aguidavis. This principle is always respected in the performances of the Angolan nation, but in the Ketu nation, in some rhythms like Vassi and Alujá the "Rumpi" and "Lé" are played only with Aguidavis. Furthermore, in religious ceremonies, both rhythms are performed to praise deities related to war: Ogum (Orixá worshiped in the Ketu nation) and Roximucumbi (Inquice lauded in the Angola nation). In addition, as shown above, considering that both rhythms share similar relationships between notes and rests, the same execution can be understood as Ijexa or Cabila, which makes these two rhythms interchangeable.

Thus, despite all the cultural, religious and geographical differences found in the origin of these two rhythms, Cabila and Ijexá share characteristics in the most fundamental structure of their executions: The clave. I believe this simple property can guide not only to innovations in the field of musical creativity but also to new paths for a historical and anthropological understanding of African participation in the formation of Brazilian culture.

## **Bibliography**

BECKER, A. **‘Proposta de treinamento para a improvisação através da rítmica do ijexá’**. PhD Thesis (Music) – Federal University of Bahia, Salvador: 2014.

CARDOSO, N. N. A. **‘A linguagem dos Tambores’**. PhD Thesis (Ethnomusicology) – Federal University of Bahia, Salvador, 2006.

LEITE, L. **‘Rumpilezzinho Laboratório Musical de Jovens: Relatos de uma experiência’**. Salvador: LeL Produção Artística, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **‘Metodologia Científica’**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENESES, J.D.D. **‘Orkestra Rumpilezz: Musical Constructions of Afro-Bahian Identities’**. PhD Thesis (Philosophy) – University of British Columbia, Vancouver, 2014.

NIGRI, B. **‘O Samba no Terreiro: Música, Corpo e Linguagem como Prática Cultural – Apontamentos para o Campo do Lazer’**. Master Dissertation (Leisure) – Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PALMEIRA, R.S. **‘Ritmos do Candomblé Ketu na Bateria: Adaptações dos Toques Agueré, Vassi, Daró e Jinká, a Partir das Práticas de Iuri Passos’**. Master Dissertation (Music) – Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

# A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA

Anderson Caetano dos Santos

**Resumo:** o presente artigo demonstra o cenário da literatura do negro ao longo da história do Brasil. A imagem do negro, em muitos momentos, tem sido estereotipada nas narrativas, sendo que escritores negros trazem personagens e/ou protagonistas que possuem voz ativa em seus contos.

A história e a literatura dos negros no Brasil remetem, comumente, às origens do país como nação colonizada, escravocrata e formada socialmente a partir da pluralidade cultural. Compreender esse cenário histórico e literário significa ir além dos estereótipos difundidos no senso comum brasileiro. A presença dos negros na nossa constituição e as suas múltiplas relações com a sociedade configuram-se como importantes temas de investigação de teorização ao longo da história do Brasil.

Logo após a independência política em relação a Portugal, era preciso construir uma nação, um ideário de identidade nacional, isto é, um sentimento de nacionalidade que confirmasse o corpo político, o país reconhecido como tal. Assim sendo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) realizou um concurso para a escrita da História do Brasil. Karl Friedrich von Martius (1794-1868), o vencedor, recomendou que se desse valor ao variado patrimônio natural, à História dos nativos, que nos diferenciavam em relação a Portugal.

Na mesma linha proposta por Karl Friedrich von Martius, seguindo, além disso, as sugestões de Almeida Garret (1799-1854) e Ferdinand Denis (1798-1890), a literatura do período, de tendên-

cia romântica, assumiu um compromisso em delinear tal identidade. Surgiram, então, os romances, por exemplo, de José de Alencar (1829-1877), com ênfase para os romances históricos e os indianistas. O rio Paquequer que aparece em *O guarani* e, ao mesmo tempo, a figura de Peri, o índio, cumprem com esse objetivo. Cabe lembrar que Peri, no entanto, não traz as características do nativo, do aborígine, aquele que habitava a terra antes da chegada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), ele apresenta, na verdade, traços de um cavaleiro medieval europeu, à semelhança dos modelos colhidos por José de Alencar nos romances portugueses, franceses, entre outros.

A vida urbana e os tipos regionais também são assunto dos romances de José de Alencar. Entretanto, a crítica afirma que tanto *O gaúcho* quanto *O sertanejo* têm o mesmo motivo, as mesmas descrições, os mesmos detalhes, não se estabelecendo uma efetiva diferenciação entre as diversas regiões do país.

Nesse grande panorama que se tenta traçar da vida brasileira, os prosadores românticos ainda reservaram um espaço destacado para o descendente do africano, na verdade, para uma escrava miscigenada, Isaura, personagem central do romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1825-1884). Contudo, Isaura não é representativa da negritude brasileira, a sua pele é branca, ela é criada dentro da casa grande, alfabetizada e protegida da senhora. Ainda que enfrente graves problemas após a morte da dona da casa, Isaura despertara a paixão de um homem branco e o seu final é feliz, ao lado dele.

O negro propriamente dito não foi tomado como tema da literatura daquele período, permanecendo, pois, em um contexto marcado

pela marginalização histórico-social, somando-se, mais tarde, as influências teóricas racistas, que promoviam uma concepção de sociedade democrática do ponto de vista social, surtiram efeitos complexos no que tange à produção acadêmica brasileira sobre o negro. Durante o século passado, a produção do conhecimento a respeito da presença dos negros no Brasil passou por uma grande ruptura epistemológica ao propor análises, que iam além da concepção do negro como sinônimo de escravo, da interpretação vitimada e dos pressupostos da coisificação do negro, sobretudo, conforme se pode ver nos estudos de Zilá Bernd (1992), quando se ocupa da dessacralização operada pelo Modernismo brasileiro. Naquele momento, pesquisas em áreas como a sociologia, a história e a literatura trouxeram à tona discursos em que os negros surgem como sujeitos da sua própria história.

“Mario de Andrade integra pela primeira vez o mito do indígena aos mitos africanos para explicar a formação do brasileiro, representado no romance por Macunaíma [...]” afirma Zilá Bernd (1992, p. 47). Neste sentido, a obra do referido autor representa uma tentativa de superação do discurso hegemônico, branco, que busca a sua substituição pela presença dos excluídos – Macunaíma nasceu preto retinto, na tribo Tapanhumas, é, portanto, negro e índio –, até então marginalizados pela cultura dominante. Outros romances, de acordo com Zilá Bernd (1992), produzidos já no período de abertura política, pós-64, tematizam a diversidade cultural brasileira, dando relevância à figura do negro como matriz dessa pluralidade étnica. Assim sendo, a autora refere *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida* (1982), de Darcy Ribeiro (1922-1997) e *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro (1914-2014).



Nesse interregno, destaca-se um campo do saber – a literatura afro-brasileira propriamente dita, ou seja, aqueles textos produzidos por escravos ou seus descendentes – remetendo às obras elaboradas por Domingos Caldas Barbosa (1739-1800), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Luis Gama (1830-1882), Machado de Assis (1839-1908), Castro Alves (1847-1871) e Cruz e Souza (1861-1898) – destacados os mais importantes, desde a segunda metade do século XVIII, conforme Cuti (2010), assim como Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (2011). Aqueles escritores principiaram a problematizar a temática e a inserção de protagonistas e personagens afro-brasileiros.

Cumprir referir a única biografia de um escravo brasileiro, ainda que escrita em língua inglesa e, recentemente, traduzida para a língua portuguesa. É um documento histórico, que apresenta, provavelmente, matizes literários, mas requererá maiores estudos e pesquisas para que se possa dimensionar adequadamente a sua importância para a história da escravidão e das formas de resistência a ela. Trata-se de Biografia de Mahommad Gardo Baquaqua, que nasceu na África em 1845, sob o nome de Mahommah Gardo Baquaqua, foi trazido como escravo para o Brasil, desembarcado em Pernambuco, mais tarde vendido para um navegador no Rio de Janeiro. Em viagem, fugiu para Nova Iorque, viveu nos Estados Unidos, Haiti, Canadá e o último registro de sua existência encontra-se na Inglaterra. No livro, Baquaqua lança luzes sobre os costumes, as estruturas familiares, os castigos, a brutalidade imposta ao negro, enseja novos temas para que se compreenda o horror da escravidão que vigorou durante tantos anos no país.

Em “Panorama da Literatura Afro-Brasileira” (1995, p. 2), de Edmilson de Almeida Pereira, afirma-se que “A Literatura Afro-brasileira

escrita nesse sistema é simultaneamente Literatura Brasileira que expressa uma visão de mundo específica dos afro-brasileiros”.

Como reação a essa situação, depois de séculos de exclusão sociocultural, em que apenas alguns autores destacavam-se, ainda que o mote das suas produções literárias não fosse especificamente a condição negra, à sua história tem se articulado mais recentemente uma produção literária denominada afro-brasileira, constituída por escritores que salientam os assuntos pertinentes ao sincretismo cultural em nosso país causado pela diáspora africana. Ademais, contempla como temática o racismo existente na sociedade brasileira, expresso pelos altos índices de marginalidade e a subcondição humana vivida pela maioria dos afro-brasileiros, segundo Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (2011).

Conforme já referido, o estágio inicial da literatura brasileira foi centrado nas figuras dos índios e das paisagens naturais como foco das narrativas, sobretudo do período romântico, configuradas como elementos diferenciadores da cultura europeia, eleição feita pelos autores da época, uma vez que a língua portuguesa era partilhada pelo colonizador e pelo povo brasileiro, que recém conquistara a independência política. Desse modo, as narrativas afro-brasileiras foram ocultadas, quer seja sob a forma temática, uma vez que o negro somente apareceu de modo mais efetivo no início do século XX, quer seja do ponto de vista de autores de descendência afro, havendo expoentes de rara grandeza como Machado de Assis, ainda que não recorrentes. Assim, a ascendência afro da nossa sociedade permaneceu longe dos holofotes e dos considerados cânones da literatura brasileira.

O campo literário brasileiro tem se configurado como um espaço de exclusão. Nossos autores são, em sua maioria, homens, brancos, moradores dos grandes centros urbanos e de classe média. No artigo “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea”, de Regina Dalcastagnè, de 2008, destaca-se a baixa participação das (os) negras (os) nas narrativas brasileiras. Os fatores de desigualdade socioeconômica e educacional contribuem para o personagem, em sua maioria, ser representado como subalterno no campo da literatura.

A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores. Isto sugere uma outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da ‘democracia racial’ elimina tais questões dos discursos públicos, incluindo aí o do romance. (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87).

É claro que a exclusão de determinados grupos não é algo encontrado apenas no campo literário. As classes populares, as mulhe-

res, os negros possuem maiores dificuldades para acesso a todas as esferas de produção discursiva: estão sub-representados no parlamento (e na política como um todo), na mídia e no ambiente acadêmico.

### **Referências Bibliográficas**

BERND, Zilá. **Poesia negra brasileira: antologia**. Porto Alegre: AGE: IEL: IGEL, 1992.

CUTI [Luiz Silva]. **Literatura Negro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 31, p. 87-110, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO\\_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4 v.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Panorama da Literatura Afro-Brasileira**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

Lécio Barbosa de Assis, Monacita Pinto Reis e Gabriela Amorim Nogueira Silva

**Resumo:** o presente artigo apresenta um relato de experiência sobre a visita de campo na Comunidade Quilombola Urbana, da antiga Fazenda Campos, Bom Jesus da Lapa-BA, no dia 15 de novembro de 2018, realizada pelos alunos e professores da 1ª Série do Ensino Médio, integrado ao Programa Ensino Médio Inovador–ProEMI e pelo Projeto Escolas Culturais, do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães.

## Considerações iniciais

O objeto de estudo da pesquisa de campo realizada pelos alunos e professores foi as narrativas orais dos moradores da comunidade para compreender como a memória é utilizada na construção da identidade sociocultural. Para alcançar os objetivos da atividade pedagógica, utilizamos os pressupostos teóricos metodológicos da História Oral (MEIHY; HOLANDA, 2007) e da pesquisa qualitativa (LUDKE, ANDRÉ, 1986).

## Entre narrativas e aprendizagens

Sendo o objetivo desta atividade de campo conhecer a identidade sociocultural dos moradores da comunidade quilombola urbana da antiga Fazenda Campos<sup>1</sup>, a primeira fase foi a sensibilização dos alunos para a leitura sobre a preservação da memória, preparando-os para a visita à comunidade. Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas fontes diversas, como artigos, dissertações e livros

---

1 A antiga Fazenda Campos faz parte das primeiras unidades de povoamento instaladas no processo de colonização dos sertões baianos, desde o princípio do século XVIII, formando junto com outras fazendas pecuaristas a grande sesmaria doada ao Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, que adotou a prática de mão de obra escravista advinda do tráfico atlântico de africanos. Sendo assim, passaram a vivenciar nestas fazendas setecentistas africanos de diferentes etnias, que são os ascendentes das gerações atuais de moradores do Quilombo Urbano Fazenda Campos, como revelaram as pesquisas de Nogueira (2011). Importante ressaltar que esta comunidade está em processo de luta pelo reconhecimento enquanto quilombo urbano.

referentes à história da cidade, a ocupação do vale do sertão do Velho Chico e sobre as rotas do tráfico de escravos ocorridos em séculos passados nesta região. A escolha do referencial teórico-metodológico foi baseada no que nos explica Meihy e Holanda (2007):

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de texto; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2007,p.15).

Ao chegar à comunidade por volta das catorze horas do dia 15 de novembro, fomos recebidos pelos moradores que aguardavam a nossa chegada. Logo em seguida houve um breve momento de integração entre os participantes, apresentação da matriarca da comunidade e dos demais membros, e também apresentação de todos os membros da Unidade Escolar que estavam presentes.

Foi realizada uma roda de conversa, e assim primeiramente a matriarca D. Fabiana começou a contar as narrativas da história da comunidade, também respondendo as perguntas dos alunos e professores. Outros membros da comunidade também relataram as histórias e lutas de outros tempos e também atuais. Os mais velhos começaram com seus depoimentos seguidos pela participação dos mais jovens, sempre respeitando a hierarquia dentro do grupo social.

Durante a realização da roda de conversa, os alunos realizaram gravações de áudios, filmagens e registros fotográficos. A interação entre visitantes e moradores aconteceu de forma natural e descontraída, proporcionando um momento para conhecer a história da comunidade e o modo de vidas das pessoas, bem como evidenciar o sentimento de identidade e pertencimento, tomando como base a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa segundo Lüdke e André (1986, p.11) “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. A pesquisa qualitativa faz descrições, comparações, interpretações, atribuição de significados, objetivando o esclarecimento de informações, como valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões dos indivíduos ou grupos, como ilustrado na figura 1:

Figura 1: Roda de conversa na comunidade quilombola urbana



Fonte: Trabalho de campo realizado pelos alunos e professores.

A atividade de campo explorou as experiências dos informantes da comunidade, valorizando as experiências de cada um para entender como a memória se projeta em um panorama cultural ligado a um passado compartilhado pela comunidade. Assim, a partir do relato das experiências vividas foi possível entender como as pessoas se relacionavam com a lida da terra e com as pessoas de outras comunidades ao longo do tempo.

Percebemos a importância e o papel de liderança das pessoas mais velhas na comunidade e a sua relação com a memória e compromisso com a cultura da comunidade. Nas narrativas orais, ouvimos temas diversos, desde o trabalho na roça, a pesca, a relação com a agricultura, os festejos religiosos, as festas populares, a forma de lidar com a precariedade das estradas, dos meios de transportes, da comunicação, dos serviços de saúde e como as pessoas enfrentavam as dificuldades vividas em épocas passadas, mas não muito distantes.

A visita de campo foi imprescindível para a compreensão da diversidade cultural da comunidade e suas práticas simbólicas, visto que a experiência favoreceu um olhar mais amplo e profundo sobre a diversidade encontrada na comunidade. Depois da roda de conversa, ocorreu uma demonstração cultural, com samba, poesia e muita música, e os moradores da comunidade e os membros da Unidade Escolar puderam aproveitar esse momento de alegria nesse rico espaço de aprendizagem, como mostra a figura 2:



Figura 2: Música e dança



Fonte: Trabalho de campo realizado pelos alunos e professores.

Durante a realização do trabalho de campo, foi utilizado um caderno de anotações, gravador de voz, câmeras fotográficas e celulares, instrumentos estes utilizados pelos alunos para colocar suas percepções, questionamentos e informações que foram obtidas através do contato direto com os moradores da comunidade.

Em um clima de confraternização foi oferecido pela Unidade Escolar um lanche coletivo e, em seguida, os alunos apresentaram para a comunidade duas peças teatrais, coordenadas pelas professoras de Língua Portuguesa para o Projeto Tempos de Arte Literária (TAL), promovido pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Os temas abordados nas peças foram sobre a diversidade cultural e a violência contra as minorias. Foi um momento de grande interação e aprendizagem por partes de todos os envolvidos.

Figura 3: Peça teatral



Fonte: Trabalho de campo realizado pelos alunos e professores.

Ao proporcionar esta experiência de visita de campo à comunidade quilombola urbana, as múltiplas aprendizagens e o acesso ao patrimônio sociocultural que ainda se mantém restrito a uma pequena parcela da sociedade foram revelados para nossos estudantes que desconheciam a história e as lutas de uma comunidade quilombola. A História Oral como metodologia e as narrativas orais como fonte de pesquisa, favoreceram um aprendizado significativo, proporcionando o acesso dos alunos aos bens culturais e aprofundaram os laços afetivos entre todos os sujeitos da Comunidade Escolar e da Comunidade visitada.

Como produto da visita, os alunos elaboraram textos através das entrevistas gravadas em áudio, fotografias e filmagens, álbuns fotográficos e documentários, para garantir o acesso e o direito à memória da história da comunidade. Este trabalho se desdobrou em pesquisa para três alunos do Curso Técnico em Multimídias,

que desenvolveram o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC a partir do contato com a comunidade. Como resultado das pesquisas, produziram o vídeo documentário e relatório “Quilombo Fazenda Campos: Uma Luta Pelo Reconhecimento”<sup>2</sup>.

### **Considerações finais**

A visita de campo teve como objetivo conhecer a história e o modo de vida da comunidade a partir das narrativas orais de seus moradores, da cultura, das tradições e da observação da paisagem do lugar comparado com as histórias do passado segundo a memória social dos moradores. As narrativas orais forneceram pistas importantes sobre o modo de vida das pessoas, as relações de trabalho, as atividades econômicas, os meios de transportes, os recursos naturais, a religiosidade e a cultura.

Nesse sentido, a atividade de campo buscou apresentar novas formas de olhar a comunidade e sua história, dando um novo sentido para as dimensões socioculturais evidenciadas em cada informação compartilhada. Proporcionou um vínculo importante e necessário entre a Comunidade e a Escola que contribuiu no aprimoramento das atividades socioeducativas desenvolvidas entre ambas.

---

2 PEREIRA, Francimara Souza. OLIVEIRA FILHO, Gabriel Gonzaga. SILVA, Aylton Coelho. Vídeo Documentário e Relatório: Quilombo Fazenda Campos: Uma Luta pelo Reconhecimento”. TCC, Curso Técnico em Multimídia , Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, Bom Jesus da Lapa-BA, 2018.

## **Referências Bibliográficas**

LÜDKE, Menga; e ANDRÉ, Marli E.D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Editora Contexto; 2018.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **“Viver por si”, Viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima o Sam Francisco” (1730-1790)**. Dissertação de Mestrado, PPGHRL/UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2011.

# COMUNICAÇÃO, DIVERSIDADE E ETNIA-RAÇA: PARÂMETROS SOCIOCULTURAIS

Wilton Garcia

O videoclipe Boa esperança (2015), da música composta pelos rappers Emicida e Nave, com direção de Katia Lundum e João Wainer, serve para (re)examinar alguns parâmetros socioculturais entre comunicação, diversidade e etnia-raça. Nessa narrativa audiovisual, uma retaliação dos/as empregados/as domésticos/as responde aos abusos dos patrões. Trata-se de uma ficção que, no entanto, exemplifica problemas sociais diante da reparação de ofensas.

*Ogbé Yeku  
aconselha usar a inteligência,  
nunca o confronto.  
Povóas (2015, p. 341)*

Nem sempre a resistência está na inquietude de um ataque violento, mas às custas de uma eficiente condução do Ser/Estar do sujeito: empoderar para se firmar na vida e seguir em frente. Na epígrafe deste texto, o autor destaca uma entidade da mitologia africana, Ogbé Yeku, que assegura a grandeza de sabedoria e paciência como dádiva divina, a fim de elevar o patamar do aconselhamento (POVÓAS, 2015).

Quando se observa nossa potencialidade ambiental pautada pelo seu usufruir inadequado da natureza humana, instaura-se o lugar de fala (RIBEIRO, 2017); ainda mais entre solidariedade, empoderamento e superação de prejuízos. Da prática sociocultural, a força humana gera “novas/outras” diretrizes e posicionamentos que ultrapassam o sistema hegemônico. Por isso, torna-se pertinente combater as dificuldades com coragem, empenho, esforço, determinação e obstinação.

Então, eis um convite à articulação de possibilidades reflexivas. Ou seja, como (re)dimensionar o campo contemporâneo da comunicação, a diversidade videoclipe e as relações étnico-raciais no Brasil?

Do ponto de vista teórico-conceitual, os estudos contemporâneos (BAUMAN, 2015; CANCLINI, 2016; GUMBRECHT, 2015; ŽIŽEK, 2017) propõem um enlace teórico-político-social ao aproximar os estudos culturais e as tecnologias emergentes. Da atualização à inovação (e vice-versa), esses estudos fomentam a produção de conhecimento, subjetividade, informação, tecnologia, imagem etc. O conhecer como exercício (inter)subjetivo, nesse caso, expõe algumas derivativas antropofágicas do sujeito brasileiro: caboclo, cafuzo, híbrido, mestiço...

### **Da Comunicação Contemporânea**

Mais que ilustrar a música de Emicida, o videoclipe Boa esperança (2015) ecoa um grito de liberdade. É fundamental ocupar a cena, pois a visibilidade legitima o Ser/Estar do sujeito, em formação. Também vale decidir o que será comunicado nas redes mundiais de computadores e protestar em defesa da dignidade humana. O abuso de poder não deve continuar a acontecer no estado democrático brasileiro.

Estamos em uma transição incerta que torna insegura qualquer descrição da estrutura social. É posto um ponto de interrogação no senso comum sobre o que é o social, não apenas das pessoas comuns como também dos cientistas. Não basta tentar entender o “contexto social” quando os cidadãos decidem votar ou os consumidores escolhem se diferenciar lendo livros ou exibindo dispositivos eletrônicos (CANCLINI, 2016, p. 17 – grifo nosso).

O social reflete a dinâmica articulada das relações humanas, as quais envolvem situações compostas pela cultura. Esta última não se compara ao comum, ao comunitário ou, ainda, à comunicação em si (SODRÉ, 2014), porque se anuncia como a metáfora de bolhas entre o sujeito e a sua coletividade.

Agora, o processo comunicacional ambienta a produção de feixes efeitos, que parece exceder sua própria causa. Vale o efeito, a alegoria. Aqui, não interessa sentido, análise ou interpretação – como recusa da dimensão hermenêutica –, visto que a noção de efeito cria mensagens impactantes para surpreender o/a Outro/a.

E a comunicação contemporânea elege variáveis conceituais, metodológicas e tecnológicas capazes de somar fatores de diferentes naturezas e dispositivos para aquecer sua própria argumentação. Isto é, a ideia de comunicação diversifica formas e temas veiculados por uma linguagem videoclipe, por exemplo.

Do ponto de vista tecnológico, qualquer videoclipe aborda a produção cultural entre música e audiovisual como correspondência à vida. Hoje, é comum a indústria fonográfica encomendar vídeos para divulgar artistas e canções, sobretudo na internet. Embora seja um produto musical comercial, a (re)formulação de estratégias problematizam a política identitária mediada por uma diversidade videoclipe.

Então, seria oportuno (re)ver/ler as formas de mediação do sujeito e as coisas no mundo. Os meios de produção de informação e/ou entretenimento na sociedade atual constituem circunstâncias complexas coordenadas para incentivar o consumo. E esses meios equivalem-se às tratativas da informação, misturadas ao entreteni-

mento para confundir a percepção e, assim, provocar a produção e a disseminação constante do capitalismo (VILLAÇA, 2018).

### **Da Diversidade Videoclipe**

Do luxo ao lixo, o videoclipe Boa esperança (2015) sinaliza a desigualdade de classes econômica, social e ocupação profissional, ao apresentar facetas divergentes no enfrentamento de uma realidade discrepante. No audiovisual, os/as empregados/as revidam contra os padrões violentamente, após serem bastante maltratados. Ou seja, os/as envolvidos/as consistem em alternativas, que se contrapõem ao ordinário.

Portanto, o videoclipe demonstra diferentes níveis de casta social, no tratamento desumano, a culminar na ausência de equidades (BAUMAN, 2015). Isso propõe uma reflexão vinculada às ações afirmativas da diversidade (étnico-racial, religiosa, sexual e de gênero), no Brasil e no mundo.

Da codificação à decodificação, a informação potencializa a artimanha da mensagem, como projeção e identificação do protagonismo midiático e cultural (OLIVEIRA, 2016), nessa diversidade videoclipe que se estratifica por diferentes camadas sociais. Diante de tal reformulação, cada protagonista tem seu valor, cada um é dono de si. Conforme Oliveira (2016, p. 40):

Os novos protagonismos midiáticos e culturais inauguram uma nova fronteira de conflitos na contemporaneidade: o conflito de narrativas, de sentidos e de construção de sociabilidades. Enquanto que a perspectiva hegemônica sinaliza para uma autarquização do indivíduo, radicalizando a sua



unidimensionalidade; as contradições existentes na própria dinâmica do sistema social, em particular a disseminação das tecnologias de informação e comunicação combinado com a maior visibilidade dos novos sujeitos coletivos oriundos das classes subalternas em função da democratização das sociedades latino-americanas possibilitam a emergência destes novos protagonismos midiático culturais.

Esse protagonismo traz para o debate a versatilidade de vozes dissidentes da diversidade, pulverizam valores destoantes e (re)alimentam a manifestação de enunciados preparados para se comunicar virtualmente, como o videoclipe. Este último (re)configura uma linguagem diluída, fragmentada, editada, paródica e não-linear, que transversaliza a informação designada para divulgar – entre antagonismos, contrates e incongruências da contemporaneidade.

Paradoxalmente, a intensidade de experiências contemporâneas estimula múltiplas abordagens inovadoras (GUMBRECHT, 2015). Isso fortalece sua própria flexibilidade para agenciar/negociar as condições adaptativas do sujeito em relação ao/à Outro/a. Longe do senso comum, a diversidade videoclipe solapa a estabilidade evitando posições tradicionalistas, conservadoras ou convencionais, na expectativa de ultrapassar o sistema hegemônico.

### **Da Etnia-raça**

A diversidade cultural no Brasil e no mundo deve estar atenta à dinâmica da etnia-raça, que toca diretamente as escrituras afrodescendentes e a noção de negritude (BERTH, 2018; RIBEIRO, 2017; OLIVEIRA, 2016; SODRÉ, 2014). Junto a isso, um quadro equivocado de pobreza, miséria e precariedade assinala a desigualdade

econômica e social, inclusive de salários (PIKKETY, 2015). Segundo Žižek (2017, p. 136), “o verdadeiro triunfo não é a vitória sobre o inimigo, mas quando o próprio inimigo começa a usar sua linguagem, de modo que suas ideias constituem o alicerce de todo o campo”. O videoclipe Boa esperança (2015), com isso, tenta legitimar a voracidade que envolve o limite da sobrevivência humana em uma disputa acirrada. Essa sobrevivência evidencia o debate estratégico atualmente, para (re)equilibrar alteridade, diferença e diversidade.

No engajamento abrupto do coletivo, uma reviravolta impactante do grupo de empregados/as explode em rebelião rechaçada de atitudes físicas agressivas. E a resposta ao desrespeito termina somente na madrugada do outro dia, quando os/as revoltosos/as fogem pela mata fechada, fazendo analogia a um fugitivo no campo.

Tal ambientação da diversidade videoclipe equaciona variantes para empoderar o sujeito e alarga a experiência humana ao confrontar o mundo, na esperança de pluralizar vozes distintas (RIBEIRO, 2017). Para Berth (2018, p. 14), o empoderamento “seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade” como autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo. Seria olhar para si com parcimônia e se relacionar com o/a Outro/a.

Sabe-se que houve uma conversa do rapper Emicida com empregadas domésticas para ressaltar essa realidade na mensagem videográfica. O que ilustra a demanda da diversidade e dos Direitos Humanos nesse cenário. Os/as trabalhadores/as são exemplos para se (re)avaliar a desigualdade recorrente da desproporcio-

nalidade que assola os/as desfavorecidos/as humilhados/as em cena. E, sem dúvida, a forma de exploração abusiva gera enorme desconforto, nesse enredo.

De qualquer modo, deve haver uma emergência na discussão intelectual e política mais coerente com a realidade, radicalizando um posicionamento crítico-reflexivo sobre a injustiça contra o racismo, diante de preconceito e discriminação racial. A agenda (acadêmica, científica e tecnológica) da pesquisa em comunicação, no país, está atrasada quanto ao empoderamento das pessoas, em particular nas esferas da diversidade: étnico-racial, religiosa, sexual e de gênero.

### **Do encerramento**

Torna-se imprescindível trabalhar, cada vez mais, a solidariedade e reconhecer os Direitos Humanos, pois a dignidade deve ser distinguida – para não se sujeitar a qualquer coisa na vida. A luta contra a subalternidade pontua o empoderamento do Ser Humano. Nessa briga, talvez, a (re)apropriação desperte idiossincrasias sobre a lógica da servidão humana: o serviço de servir e, também, ser servido diferencia do trabalho como mera mão de obra.

Em síntese, a discussão deste ensaio retrata (re)soluções para superar os conflitos cotidianos da atualidade. Para além de uma mera denúncia ou reivindicação de direitos, a poética de Boa esperança (2015) aposta na mensagem radical de foco brutal e resistente, uma vez que a obra traz uma posição visceral de romper com a opressão para prevalecer a expressão máxima da diversidade no Brasil e no mundo.

*Afinal, quem se importa contigo?!  
Por mais que você corra irmão  
Pra sua guerra vão nem se lixar  
Esse é o xis da questão  
Já viu eles chorar pela cor do orixá?*

(*Emicida; Nave, 2015*)

## **Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

BERTH, J. **O que é empoderamento.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CANCLINI, N. G. **O mundo inteiro como lugar estranho.** São Paulo: EdUSP, 2016.

EMICIDA; NAVE. **Boa esperança.** Direção: Katia L.; João W. Produtoras: BigBonsai & Laboratório Fantasma, 2015.

GUMBRECHT, H. U. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea.** São Paulo: Unesp editora, 2015.

OLIVEIRA, D. **Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação.** REGIT – Revista de estudos de gestão, informação e tecnologia. Fatec Itaquaquecetuba/SP. v. 6, n. 2, p. 17-37, jul/dez, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

POVÓAS, R. de C. **A viagem de Orixalá: estrada de sagitário, caminhos de Orumilá.** Ilheus: Editus, 2015.

PIKKETY, T. **A economia da desigualdade.** Rio de Janeiro: In-

trínseca, 2015.

VILLAÇA, N. **O consumo da cultura: comunicação e performance.** São Paulo: Cores e Letras, 2018.

ŽIŽEK, S. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.



# Colaboradores desta edição

## **Dinah Papi Guimaraens**

dinah.papi@gmail.com. Professora Associada, PPGAU-UFF; Professora Visitante ET-SIE, Universidade de Granada; Membro ICOM-BR IND. n. 11.280.

## **Denise Santos Crespo Ferreira**

arq.deniseferreira@hotmail.com. Licenciada e Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Tutora voluntária no Curso de Arquitetura Indígena Bioclimática, EAU-UFF.

## **Carolina Camargo de Jesus**

artespoti@gmail.com. Graduação, História/UFF; Mestranda, PROFLLIND, Museu Nacional, UFRJ; Coordenação indígena das Oficinas do Curso de Arquitetura Indígena Bioclimática, EAU-UFF. Assessoria Educacional na Gerência de Inclusão Social e Diversidade SME de Maricá.

## **Luis Fernando Novoa Garzon**

Doutor em Planejamento Urbano e Regional, professor da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. Email: l.novoa@unir.br.

## **Daniele Severo da Silva**

Socióloga, Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia e professora da SEDUC-RO. Email: danielessevero@gmail.com

## **Tina Tude – Justina Maria Lima de Souza**

Atriz e educadora. Pós-graduanda em Educação e Sustentabilidade, ativista pela identidade ipitanguense em Lauro de Freitas, autora do conceito Terra das Águas Vermelhas, representado no Monumento aos Rios Ipitanga e Joanes, alegoria que institui o marco territorial do município. Titular da cadeira de Identidade do CMPC – Conselho Municipal de Políticas Culturais. E-mail: tinatude@gmail.com.

## **Michael Soares da Silva**

Bacharel e licenciado em Letras – língua portuguesa. Participou como Embaixador USP em 2013 e esteve matriculado no curso de pós-graduação “A Guerra Fria Estruturalista (séc XX) 2º sem/2017. É reingresso no curso de Letras – língua inglesa no ano de 2018.

# Colaboradores desta edição

## **O. Susana Costa C. e Araujo**

Doutoranda em Gerontologia UNICAMP na linha de pesquisa: Envelhecimento bem-sucedido, personalidade e sociedade. Mestre em Museologia USP. Graduação em Antropologia-Universidade Nova de Lisboa. susanacostaaraujo@gmail.com

## **Meire Cachioni**

Professora Livre-Docente da Universidade São Paulo I USP. Programa de Pós-Graduação em Gerontologia FCM UNICAMP.

## **Vanessa Ester Ferreira Nunes**

Mestranda em Políticas Públicas na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Licenciada em História. Pós-graduada em Seguridade Social. Graduada em Direito. Advogada, Professora na Unisuz/Uniesp – Universidade Brasil e em curso de Pós-Graduação. E-mail: vanessa@dnsa.com.br.

## **Cristina Schmidt Silva Portéro**

Pós doutora pela Cátedra UNESCO/Umesp. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Mestre em Teoria e Ensino da Comunicação. Jornalista graduada. Coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas da UMC (Universidade de Mogi das Cruzes - SP). E-mail: cris\_schmidt@uol.com.br.

## **Adrian Estrela Pereira**

Mestre em Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Música da Universidade Federal da Bahia. E-mail: adrian.estrela@gmail.com

## **Anderson Caetano dos Santos**

Professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC). Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Franciscana (UFN). Mestrando em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: anderson.c.santos@bol.com.br.



# Colaboradores desta edição

## **Lécio Barbosa de Assis**

Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, graduado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia e Professor do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães – Bom Jesus da Lapa, Bahia. E-mail: lecio.assis@enova.educacao.ba.gov.br.

## **Monacita Pinto Reis**

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Baiana pela Fundação Visconde de Cairu, graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia e Professora do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães – Bom Jesus da Lapa, Bahia. E-mail: monacita.reis@enova.educacao.ba.gov.br.

## **Gabriela Amorim Nogueira Silva**

Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia e graduada em História pela mesma instituição e Professora do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães – Bom Jesus da Lapa, Bahia. E-mail: gabriela.silva@enova.educacao.ba.gov.br.

## **Wilton Garcia**

Artista visual, pesquisador e professor da Fatec-Itaquá/SP e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso. Doutor em Comunicação pela ECA-USP e Pós-Doutor em Mídias pelo IA/UNICAMP. Autor de Feito aos poucos (2013), entre outros. E-mail: 88wgarcia@gmail.com.

# Observatório da Diversidade Cultural

O Observatório da Diversidade Cultural – ODC – está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB, UFMT e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural – entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

## **Pesquisa**

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

## **Formação**

Desenvolvimento do programa de trabalho “Pensar e Agir com a Cultura”, que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

## **Informação**

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural – uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

## **Consultoria**

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais, no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural.

